

Natalina José Seiça de Freitas

Relatório Integrado

Relatório Integrado

José Seiça de Freitas

Coimbra, novembro de 2022



**Instituto Superior
de Contabilidade
e Administração**

Politécnico de Coimbra

COIMBRA BUSINESS SCHOOL
ISCAC.pt

Natalina José Seiça de Freitas

Relatório Integrado

Trabalho de projeto submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial**, realizado sob a orientação da Professora Maria de Fátima Travassos Conde.

Coimbra, novembro de 2022

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora deste projeto, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente projeto.

AGRADECIMENTOS

No percurso da nossa vida atravessamos diversas fases, interagimos com muitas pessoas em vários contextos, carácter pessoal, profissional, educacional, de lazer e muitas delas deixam-nos recordações que guardamos para a vida.

No âmbito do percurso académico que me encontro a finalizar tive a oportunidade de conhecer excelentes profissionais (Professores), que além de me proporcionarem a aprendizagem desejada sempre me deram palavras de apoio, coragem e incentivo, neste percurso nem sempre fácil.

Quero deixar um agradecimento especial à minha orientadora Doutora Maria de Fátima Conde, sempre presente, persistente, colaborante e exigente, o seu apoio e encorajamento foi incansável e imprescindível nesta etapa.

No decurso da realização do presente trabalho deparei-me com o falecimento do meu pai, perda irreparável para a vida, felizmente tive o apoio imensurável da minha família e amigos que estiveram sempre presentes, apoiando nesta fase muito difícil. Contudo, terei que prestar um agradecimento especial ao meu filho e à minha irmã pelo seu apoio incondicional, suportando e ajudando nos momentos menos fáceis.

Sem as pessoas que nos rodeiam não é fácil ultrapassar barreiras...

RESUMO

Relatório Integrado, como o próprio nome sugere integra informação financeira e informação não financeira de uma determinada entidade.

Temática bastante recente, surge em 2011, captando o interesse por grande parte do universo no contexto de contabilidade e relato.

A aposta na informação relevante, verdadeira, útil para os seus leitores e cada vez mais importante para os diversos mercados, além da aposta de relato transversal e de fácil leitura nas diversas comunidades.

É importante uma gestão cada vez mais responsável e transparente para conhecimento de todas as pessoas que interagem com a entidade, das diversas formas possíveis, como colaboradores, clientes, fornecedores, investidores, sócios, entre outros.

O presente projeto tem como objetivo a elaboração de um relatório integrado de uma empresa de comércio de pescado, fazendo anteriormente uma abordagem teórica ao tema.

Palavras-chave: Relatório Integrado, Sustentabilidade, Responsabilidade empresarial, informação financeira, informação não financeira.

ABSTRACT

Integrated Reporting, as the name suggests integrates financial and non-financial information of a given entity.

A fairly recent theme, it appeared in 2011, capturing the interest of a large part of the universe in the context of accounting and reporting.

The focus on relevant, true and useful information for its readers and increasingly important for the various markets, in addition to the focus on transversal and easy-to-read reporting in the various communities.

An increasingly responsible and transparent management is important for the knowledge of all the people who interact with the entity, in the various possible ways, such as employees, clients, suppliers, investors, partners, among others.

The present project has as objective the elaboration of an integrated report of a company of fish commerce, making previously a theoretical approach to the theme.

Keywords: Integrated Report, Sustainability, Corporate responsibility, financial information, non-financial information.

Conteúdo

INTRODUÇÃO.....	11
1. Informação financeira e não financeira	14
1.1 Informação financeira.....	16
1.1.1 Características das demonstrações financeiras	19
1.2 Informação Não financeira	21
1.2.1 Informação ambiental	24
1.2.2 Informação social	25
1.2.3 Informação de <i>governance</i>	26
2 Responsabilidade Social Empresarial.....	26
2.1. Importância da Responsabilidade Social e da Sustentabilidade.....	30
2.2 Dimensões R.S.E	31
2.2.1 Dimensão Interna.....	31
2.2.2 Dimensão Externa.....	32
2.3 Teorias subjacentes à RSE.....	33
2.3.1 Teoria dos Stakeholders.....	33
2.3.2 Teoria legitimidade.....	35
3. Divulgação da informação empresarial	36
3.1 Relato financeiro.....	37
3.2 Relatório de sustentabilidade.....	38
3.3 Relatório Integrado	39
3.3.1 Conceito de Relatório Integrado.....	41
3.3.2 Principais itens do relatório integrado	43
3.3.3 Características e Vantagens Relatório Integrado.....	49

3.3.4 Impacto implementação do Relatório Integrado e Criação de Valor	52
CONCLUSÃO.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

Índice de Tabelas

Tabela 1: Instrumentos de Divulgação de Informação	15
Tabela 2: Utilizadores da informação financeira.....	18
Tabela 3: Objetivos de desenvolvimento sustentável.....	23
Tabela 4: Objetivos da Responsabilidade Social Empresarial	27
Tabela 5: Temáticas onde a RSE tem impacto	31
Tabela 6: Tipos de relato	37
Tabela 7: Itens Relatório Integrado	45
Tabela 8: Características, Vantagens e Desvantagens Relatório Integrado.....	49
Tabela 9: Valores alocados a criação de valor	55

Índice de Figuras

Figura 1: Características demonstrações financeiras.....	20
Figura 2: Impactos no ambiente das atividades das empresas.....	25
Figura 3: Conteúdo Relatório Integrado	47
Figura 4: Impacto do relato integrado	53

ABREVIATURAS E SIGLAS

CER – Conduta Empresarial Responsável

DF'S – Demonstrações Financeiras

IIRC - International Integrated Reporting Council

EC – Estrutura Conceptual

INF – Informação não financeira

IPSAS – International public sector accounting standards

IPSASB – International public sector accounting standards board

NCRFESNL - Norma contabilística relato financeiro entidades setor não lucrativo

MCME – Norma contabilística microentidades

NCRFPE – Norma contabilística relato financeiro pequenas entidades

NIRF – Normas internacionais relato financeiro

ODS – Objetivos desenvolvimento sustentável

ONG – Organizações não governamentais

RI – Relatório integrado

RSE – Responsabilidades social empresarial

SNC – Sistema e normalização contabilística

UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

Com a globalização a evolução dos mercados internacionais tornam-se inevitáveis, as transações entre diversos organismos, de diferentes países obrigando a uma comunicação uniforme, compreendida nas diversas línguas existentes.

Atendendo aos fatores de globalização e evolução dos mercados, o acompanhamento pela área da contabilidade e do relato tornou-se imprescindível.

O mundo digital, também, contribuiu bastante para a uniformização e aproximação dos agentes económicos. De referir ainda que o aumento de informação disponível, a facilidade de comunicação entre países veio permitir aumentar, em grande escala, as transações comerciais e o investimento entre países.

Tendo em conta todos estes aspetos o relato assumiu suma importância para a leitura e compreensão da informação, para captação de investimento e para atuar num mercado cada vez mais competitivo.

O tema escolhido para desenvolver neste trabalho - “Relato Integrado”, tem assumido grande relevância, e suscitado interesse por vários autores e ordens profissionais, uma vez que vai muito além do relato tradicional maioritariamente financeiro. Existe informação, muito importante além da informação financeira que é relevante para a geração de valor.

A forma de comunicação prende-se com a divulgação de informação e na sua centralização na criação de valor (Eccles & Serafeim, 2015).

Atendendo a um modelo de gestão responsável, é importante para a organização conhecer e entender os seus parceiros e a dinâmica da sua relação com os mesmos, não descorrendo a produtividade, o desempenho tecnológico, realçando a comunicação transparente, ética e eficiência. A criação de valor para os acionistas não assume objetivo principal, uma vez que os *stakeholders* assumem um importante papel para a continuidade da organização.

Os escândalos financeiros que ocorreram sensivelmente nos anos 2000 denunciaram as falhas de relato e auditoria resultando em falhas corporativas, pondo em causa a confiança dos investidores, consequentemente prejudicando os mercados de capitais. Depois da crise mundial económica de 2007-2008, procurou-se um mecanismo que integrasse ética e contabilidade com vista a produzir relatórios que revelassem uma justa e verdadeira imagem da empresa, surgindo a necessidade de relato financeiro e não financeiro (Maniora, 2017).

Neste sentido, este trabalho pretende mostrar a importância do Relato Integrado e está estruturado da seguinte forma: depois desta introdução, no ponto dois faz-se abordagem à informação financeira e não financeira, no ponto três é dedicado à responsabilidade social e sustentabilidade, objetivos e importância, o ponto quatro aborda Relato Integrado conceito, conteúdo, características e vantagens. Para terminar, apresentamos um exemplo de um Relatório Integrado da empresa Bluefish, Lda., (nome escolhido aleatoriamente), elaborado com base nas demonstrações financeiras de 2020¹. A informação utilizada apenas serve para estudo académico, não revelando qualquer interesse comercial.

¹No decurso do presente trabalho eram as demonstrações financeiras disponíveis.

PARTE I ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Informação financeira e não financeira

São diversos os conceitos associados à informação, mas podemos resumir dizendo que é um conjunto de dados de natureza qualitativa ou quantitativa que podem ser processados, organizados e transformados de acordo com os critérios utilizados, e objetivos a atingir.

Fernandes (2019), defende que o processo de obtenção e criação de informação passa por diversas fases. A obtenção de informação traduz-se na recolha de dados, atendendo ao facto que, os dados por si só não sendo trabalhados não têm qualquer valor. Após transformação e agregação dos dados resulta a informação utilitária para os diversos utilizadores, resultando no conhecimento dos utilizadores.

No mundo empresarial, associado à necessidade de tomada de decisões encontra-se a necessidade de informação acessível, útil e oportuna, para responder às necessidades dos utilizadores, na tentativa de redução dos riscos na tomada de decisões (Fernandes, 2019).

Na tabela 1 podemos verificar vários tipos de instrumentos de divulgação de informação, a base do sucesso de qualquer entidade, assenta numa informação útil e organizada.

Tabela 1: Instrumentos de Divulgação de Informação

Tipo Informação		Documentos ou outro instrumento de comunicação empresarial
Escrita	Financeira	Documentos contabilísticos de prestação de contas
		Relatório de Gestão
		Balanço Social
		Página WEB
		Relato Integrado
		Redes Sociais
		Correio eletrónico
		Atas, memorandos, circulares, boletins informativos, brochuras, cartazes
		Índices e indicadores sociais e ambientais
		<i>Balanced Scorecard</i>
	Não financeira	Relatório de Responsabilidade Social
		Relatório de Responsabilidade Social
		Relatório de sustentabilidade
		Manual acolhimento
		Código de ética e código de conduta
		Atas, memorandos, circulares, boletins informativos, brochuras, cartazes
		Página WEB
		Redes Sociais
		Correio eletrónico
		Carta do presidente
Não financeira	Anexo dos documentos contabilísticos de prestação de contas	
	Balanço ambiental	
Não Escrita	Financeira	Gráficos e esquemas
		Gestos e expressões faciais
		Rádio e televisão
	Não financeira	Símbolos e rótulos de produtos (sociais e ecológicos)
		Gestos e expressões faciais
		Rádio e televisão

Fonte: Faria, M., S. (2017) Tipos de divulgação da informação financeira e não financeira de responsabilidade social empresarial.

A qualidade e a quantidade da informação disponível e acessível, tem sofrido bastantes alterações nos últimos anos devido à evolução do mundo digital, com o acesso facilitado aos dispositivos como telemóveis, computadores, a evolução e simplificação dos mesmos, acessíveis a um maior número de pessoas permite a facilidade de acesso à informação disponível, possibilitando uma troca de informação a nível mundial de forma mais rápida, acessível e com reduzidos recursos.

A informação pode ser classificada como financeira e não financeira, conceitos que serão abordados nos pontos seguintes.

1.1 Informação financeira

No que concerne à informação empresarial, é tentadora a ligação aos conceitos como: rendimentos, gastos, resultado líquido, balanço e demonstração de resultados. Estes conceitos estão interligados à informação financeira nos quais estão latentes o desempenho económico e financeiro de uma empresa ou organização.

A international public sector accounting standards 1 (IPSAS) do international public sector accounting standards board (IPSASB) relata que o principal objetivo da informação financeira é o de proporcionar informação relevante sobre o desempenho, posição financeira e fluxos de caixa de uma entidade, sendo esta informação de suma importância para os utilizadores (IPSAS1, 2001).

A validade da informação financeira depende da credibilidade da fonte e da capacidade para verificar a sua exatidão e veracidade.

A informação é útil se atender às necessidades dos seus utilizadores, obedecendo à imposição de ser oportuna e adequada, permitindo a redução do grau de incerteza na receção da informação.

Segundo, Encarnação (2009), na divulgação do relato financeiro deve ser prestada informação como:

- Os recursos económicos que se encontram sob o poder da empresa e perecíveis de utilização;
- Da capacidade da empresa em gerar benefícios económicos futuros;
- Da distribuição de lucros futuros, dos fluxos de caixa, da liquidez e solvabilidade da empresa;
- Da capacidade de adaptação ao meio envolvente

A informação financeira é fundamental para uma diversidade muito grande de utilizadores, no que toca à tomada de decisão. Face ao nível de risco envolvido nas operações empresariais, facilmente se percebe que a informação tem de ser credível (Feliciano, 2015).

A utilidade da informação financeira está interligada à necessidade dos seus interessados, de notar que no caso das microentidades, que são grande parte das empresas portuguesas, serão as instituições de crédito, o Estado e o Gestor que normalmente é o proprietário. Estes *stakeholders* precisam de avaliar a rentabilidade, segurança, liquidez e continuidade da capacidade geradora de lucro.

A estrutura normativa contabilística apresenta cinco níveis de aplicação: as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) adotadas pela UE, desde 2005, obrigatórias para as empresas cotadas em bolsa, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) para empresas não cotadas em bolsa e cujas suas contas não se dirigem a mercados regulamentados, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), as Normas Contabilísticas para Micro Entidades (NC-ME) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) (Pereira, 2016).

Para prestar a informação financeira e atendendo ao normativo em vigor, existem as Demonstrações Financeiras que se encontram reguladas na Norma Contabilística de Relato Financeiro nº 1, nomeadamente a sua estrutura e conteúdo. A prestação de Contas é da responsabilidade do órgão de gestão, a elaboração das demonstrações financeiras é da responsabilidade do contabilista certificado, devendo as

mesmas serem assinadas pelo órgão de gestão e pelo contabilista, dependendo da entidade poderá estar obrigado à certificação legal de contas que será da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas.

Entre os utilizadores da informação financeira podemos destacar os seguintes (tabela 2):

Tabela 2: Utilizadores da informação financeira

Investidores:	Os fornecedores de capital de risco e respetivos consultores. Os acionistas são também parte interessada, na determinação da capacidade de distribuição de dividendos.
Empregados:	Têm como interesse a estabilidade e lucratividade da empresa, assim como continuidade de modo a assegurar a fonte de rendimento.
Mutuantas:	Estão interessados na informação que lhes permita perceber se os seus empréstimos e respetivos juros serão pagos, aquando do seu vencimento.
Fornecedores e outros credores comerciais:	Têm como interesse assegurar o recebimento dos seus créditos à data do seu vencimento.
Clientes:	Estarão interessados na continuidade da entidade, para continuarem as suas transações comerciais.
Público	A divulgação prestada pelas entidades pode facultar uma contribuição substancial à economia local, através da informação do número de pessoas afetas à atividade, patrocinando o comércio local. As demonstrações financeiras podem informar a população sobre tendências e desenvolvimentos recentes na atividade da mesma.
Governo e seus departamentos:	Estão interessados na afetação de recursos, e respetivamente nas atividades da entidade. Assume um papel regulador, exigindo diversos tipos de informação de forma a determinarem políticas de tributação.

Fonte: Estrutura Conceptual do SNC

1.1.1 Características das demonstrações financeiras

Conforme estipulado no Sistema e normalização contabilística (SNC), as demonstrações financeiras devem proporcionar informações acerca da situação financeira e das suas alterações, dos resultados das operações e da forma como se geriram os recursos, nomeadamente financeiros, para que seja útil e credível assegurando a sua fiabilidade a investidores, a credores, aos gestores e a outros utilizadores, a fim de assegurar o investimento e outras decisões racionalmente.

A informação deve ser compreensível para os seus utilizadores, ajudando-os, a distinguir quem gere de forma eficiente ou não, a conhecer os resultados obtidos no exercício da atividade, a identificar a responsabilidade presente e futura pelos recursos que lhe foram confiados e pelas operações realizadas ou comprometidas.

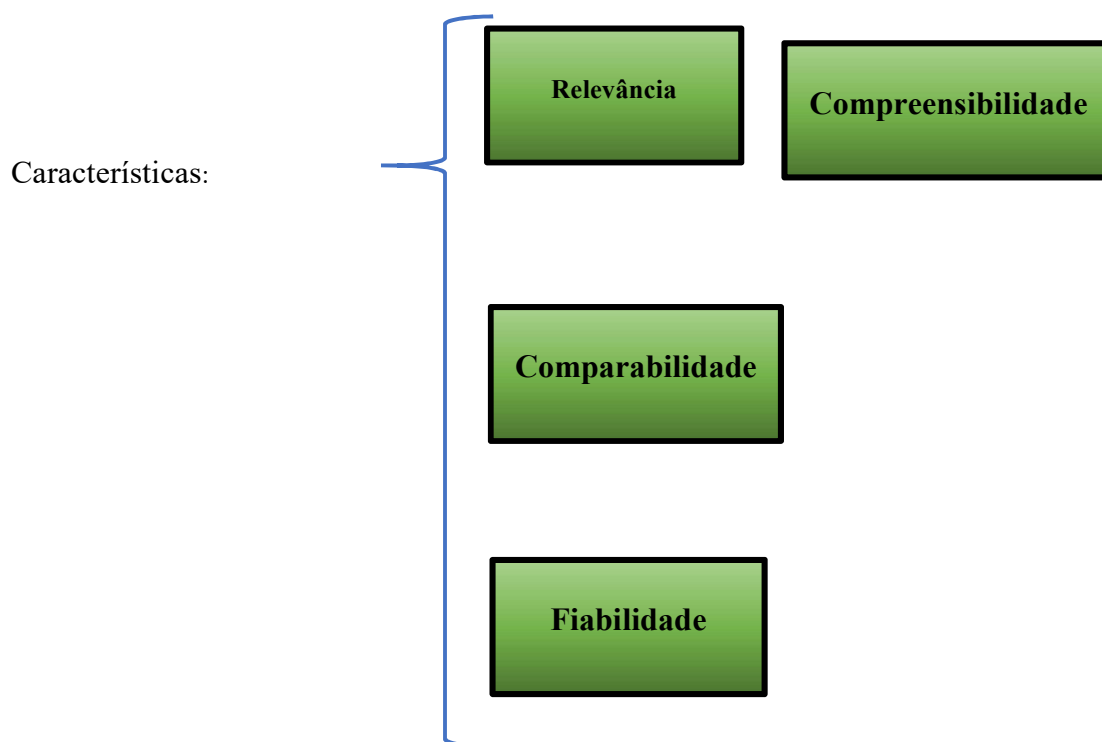
A prudência e a materialidade, são características fundamentais para assegurar a credibilidade das demonstrações financeiras, a materialidade assegura que a omissão de determinada informação não é relevante, nem influencia a decisão do utilizador da informação, a prudência assegura o grau de cuidado e precaução no exercício da avaliação necessária para a realização de estimativas em situações de incertezas, de forma a não existir sobreavaliação quer de ativos, passivos, rendimentos ou gastos. Para assegurar a qualidade também a comparabilidade é fundamental, tornando possível a comparação com outros exercícios e até com outras entidades do mesmo sector. A informação não pode ser influenciada por qualquer preconceito ou efeito predeterminado, para que a mesma seja fiável.

No processo de realização das demonstrações financeiras, nem sempre é possível reunir e respeitar todas as características devendo o contabilista certificado, normalmente preparador das mesmas se fazer valer da prudência para melhor aplicar as características na informação a ser relatada, no sentido de a mesma ser clara e verdadeira de acordo com a realidade da organização. O preparador deve ter em atenção as limitações à informação relevante e fiável, consagradas nos parágrafos 43 a 45 da estrutura conceptual (EC), a tempestividade, o balanceamento entre o benefício e custo entre as características qualitativas (Santos, 2014). De referir que a

tempestividade está associada ao atraso na divulgação da informação financeira, poder originar perda de relevância.

Adotam-se como características qualitativas da informação financeira, as divulgadas no sistema contabilístico, apresentadas na figura 1:

Figura 1: Características demonstrações financeiras



Fonte: Elaboração própria com base SNC explicado – Estrutura Conceptual

Trata-se de um tipo de informação padronizada, fazendo parte integrante, desde sempre, dos relatórios e contas das empresas. No entanto, esta informação por si só não reflete todos os impactos das suas atividades. Por isso, os indicadores não financeiros também são necessários e refletem outros impactos como os ambientais.

1.2 Informação Não financeira

Como o próprio nome indica, a informação não financeira (INF) é todo o tipo de informação que não contém dados exclusivamente financeiros, que dizem respeito ao desempenho ambiental, social e à gestão e administração, utilizando indicadores específicos e métricas diferentes das utilizadas para tratamento da informação financeira.

A comunicação serve de pilar para as organizações, com vista a estabelecer e manter diálogos abertos e transparentes com a envolvente externa. É importante manter diálogos abertos e transparentes com os diversos *stakeholders* (Golob & Podnar, 2011).

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) tem sido um tema bastante debatido e tem ganho muita relevância ao longo dos anos no mundo empresarial, adquirindo suma importância mediante o interesse, a qualidade, e a quantidade da informação divulgada sobre questões essencialmente sociais e ambientais, que influenciam o quotidiano de muitas pessoas e organizações.

“Encarar a responsabilidade social de uma perspetiva estratégica é cada vez mais importante para a competitividade das empresas pelos benefícios que pode acarretar em matéria de gestão dos riscos, redução dos custos, acesso ao capital, relações com os clientes, gestão dos recursos humanos e capacidade de inovação” (COM, 2011, p.4).

A divulgação de informação não financeira, normalmente acontece aquando da prestação de contas anual, ou de forma autónoma, nomeadamente no relatório de responsabilidade social empresarial (RSE)/ sustentabilidade, relatório ecológico e relatórios de responsabilidade corporativa (Brooks & Oikonomou, 2018).

A divulgação da INF deve respeitar um conjunto de princípios essenciais definidos pela Comissão Europeia, assentes na materialidade, rigor, equilibradas e compreensíveis, abrangentes, mas concisas, estratégicas e prospetivas, orientadas para as partes interessadas, lógicas e coerentes (Comissão Europeia, 2017).

Nos dias de hoje, a mobilidade, o acesso à informação, o âmbito global de questões ambientais, de saúde e segurança no trabalho, a interdependência económica e financeira e as exigências crescentes dos diversos *stakeholders*, alteraram os fatores de sucesso empresarial, bem como a necessidade de procurar e demonstrar o crescimento económico, o progresso e a equidade social e o respeito pelo meio ambiente. Com a atual globalização no mundo empresarial, estas questões estão cada vez mais interrelacionadas, com impacto na tomada de decisão dos investidores (Ribeiro, 2019).

Nos últimos anos os países têm reunido esforços no sentido de implementação de medidas e objetivos atingíveis. Uma das organizações que mais tem contribuído para o desenvolvimento da temática da sustentabilidade é as Nações Unidas. Destacamos duas iniciativas desta organização:

- Os 8 grandes objetivos de desenvolvimento do Milénio (2000-2015), que contemplavam a erradicação da fome e da miséria, educação básica de qualidade para todos, igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, redução da mortalidade infantil, melhora da saúde das gestantes, combate à SIDA, à malária e outras doenças; garantia da qualidade de vida e respeito ao meio ambiente e estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento.

- A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. Foram propostos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) que assumiram um papel de aplicação universal, para todos os países. A Agenda 2030 tem como teto atingível, que até ao ano 2030, todos os países desenvolvam e cumpram políticas, medidas e ações, que visem erradicar a pobreza e alcançar um desenvolvimento sustentável em todo o mundo, garantindo que ninguém fica para trás (Comissão Europeia, 2016).

A referida agenda 2030 surgiu em setembro de 2015, em Nova Iorque quando se realizou a cimeira histórica das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, na qual 193 países assumiram o compromisso unanimemente de trabalhar no alcance dos objetivos definidos, com a meta de transformar o mundo. Nesta cimeira foram definidos os 17 ODS a seguir na tabela 3.

Tabela 3: Objetivos de desenvolvimento sustentável

- ODS 1** Erradicar a pobreza em todas as suas dimensões, em todos os lugares.
- ODS 2** Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura.
- ODS 3** Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- ODS 4** Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- ODS 5** Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas
- ODS 6** Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.
- ODS 7** Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e limpas para todos
- ODS 8** Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos
- ODS 9** Construir infra-estruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
- ODS 10** Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.
- ODS 11** Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
- ODS 12** Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.
- ODS 13** Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos
- ODS 14** Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- ODS 15** Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade.
- ODS 16** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.
- ODS 17** Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Portugal (junho, 2017)

Pressupõe-se que até ao ano 2030 todos os países implementem e cumpram políticas e medidas que visem erradicar a pobreza com o foco num desenvolvimento sustentável com o intuito de ninguém ou nenhum povo ficar para trás, ambicionando um mundo melhor, focando a paz, a prosperidade e a parceria.

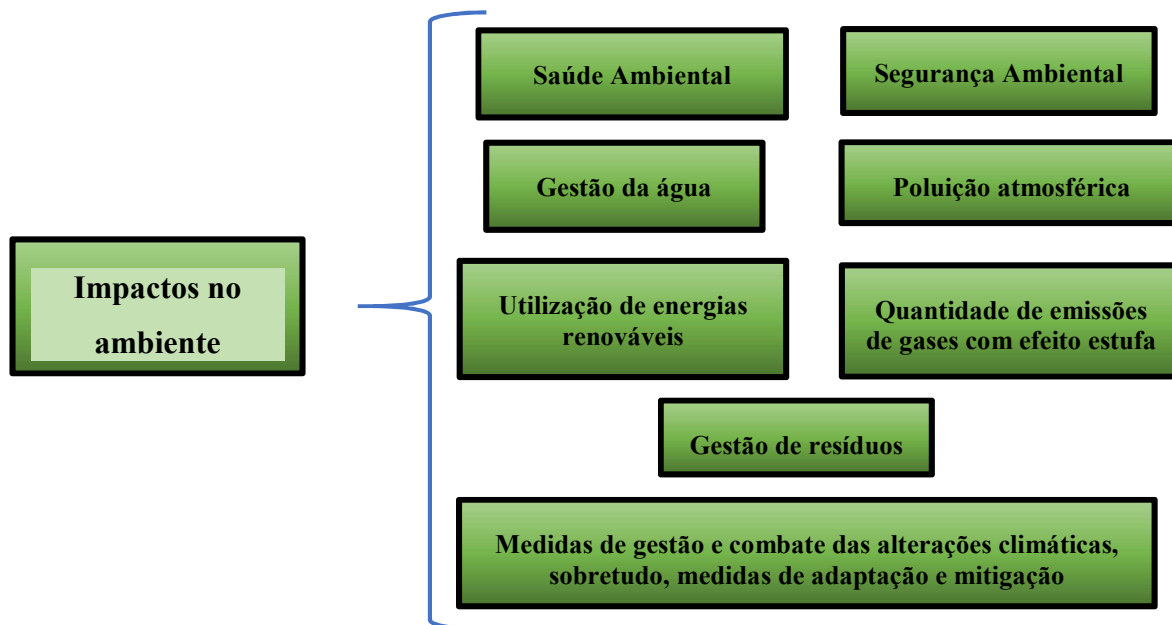
A forma como as empresas divulgam e comunicam a sua informação, sobre as respetivas atividades e o impacto destas está em constante mudança, e a evoluir no sentido de ser capaz de corresponder mais acertadamente às expectativas e postulações dos *stakeholders* (Ribeiro,2019). O formato mais comum de divulgação são os relatórios de sustentabilidade ou também designados de relatórios de responsabilidade social. Estes relatórios são realizados com base nos principais indicadores de informação ambiental, social e de governo, a seguir descritos.

1.2.1 Informação ambiental

A informação de cariz ambiental diz respeito aos impactos que a atividade das empresas tem no ambiente, a seguir apresentadas na figura 2² :

² https://www.aciab.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=9287:empresas-informacao-nao-financeira&catid=37&Itemid=289&lang=pt consultado em 12/06/2022

Figura 2: Impactos no ambiente das atividades das empresas



Fonte: Elaboração Própria

1.2.2 Informação social

Na informação não financeira respeitante à componente social podemos encontrar os seguintes exemplos³ de indicadores:

- Igualdade de género;
- Não discriminação;
- Respeito pelas condições de trabalho;
- Capacidade de diálogo social;
- Existência de mecanismos de participação dos colaboradores dentro da organização;
- Diálogo com as comunidades locais;

³(https://www.aciab.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=9287:empresas-informacao-nao-financeira&catid=37&Itemid=289&lang=pt), consultado em 12/6/2022

- Implementação de medidas que permitam a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos trabalhadores;
- Implementação de medidas de apoio à natalidade.

1.2.3 Informação de *governance*

As componentes do governo das sociedades são vistas como um controlo de negócio, adotando um sistema a partir do qual as organizações são dirigidas e controladas (Dias, Rodrigues, & Craig, 2017).

A informação sobre a forma como a organização ou empresa são administradas é uma dimensão mais relacional. “*Governance*”, nome em inglês, que podemos traduzir como a "governança" ou o "governo da empresa". Neste conceito constam as informações relacionadas com a ética e com o modelo de gestão e organização, com a transparência. A informação que pode ser divulgada neste âmbito passa por indicar a existência de regulamentos de gestão interna, códigos de ética e de conduta, os mecanismos de combate à corrupção e às tentativas de suborno. Conjunto de mecanismos, regulamentos, incentivos que auxiliam os acionistas, os administradores no controlo e direção das sociedades, também faz parte da divulgação de informação relacionada com a governança, a indicação de medidas de prevenção da violação dos direitos humanos.

Apesar desta informação não ter um cariz financeiro tem um papel determinante nos resultados gerados numa empresa ou organização, não significando que esse impacto seja imediatamente visível. Normalmente esses impactos costumam ser mais visíveis à medida que o tempo passa.

2 Responsabilidade Social Empresarial

As empresas estão inseridas em comunidade, com a mudança de mentalidades e aumento de preocupação com o ambiente, as pessoas incumbem a Responsabilidade

Social também às empresas. Ao viverem em comunidade, as empresas estão cercadas por pessoas, logo são também responsabilizadas por medidas e práticas a adotar para diminuir o impacto das suas atividades na sociedade e no meio ambiente.

As práticas assumidas espelham o compromisso que a empresa sustenta com o bem-estar social e com a sustentabilidade, por exemplo, as empresas devem planear atividades, e tomar decisões que possam beneficiar as pessoas no ambiente em que a empresa opera. Cada vez mais a sociedade exige um comportamento responsável e consciente das organizações, por sua vez as organizações ao atuarem fazem questão de prestar a informação através dos seus relatórios.

A Responsabilidade Social Empresarial, (RSE), é definida, segundo a Norma Internacional ISO 26000 - Diretrizes sobre responsabilidade social, como a responsabilidade assumida por uma organização pelos impactos das suas medidas e atividades na sociedade e no meio ambiente, assumindo um comportamento ético e transparente que contribua para um desenvolvimento sustentável, nomeadamente a saúde e o bem estar da sociedade, tenha em linha de conta as diferentes expectativas existentes na sociedade, permanecendo em conformidade com a legislação aplicável e respeitando as normas internacionais de comportamento.

De referir que não existe uma definição universal para a RSE, a Comissão Europeia inclui na sua definição os objetivos apresentados na tabela 4⁴:

Tabela 4: Objetivos da Responsabilidade Social Empresarial

Os direitos humanos	Incluindo as práticas laborais, trabalho e formação, diversidade, igualdade de género, saúde e bem-estar dos
---------------------	--

⁴ <https://european-union.europa.eu/>, consultado em 1/7/2022

	colaboradores
As questões ambientais	Diversidade, alterações climáticas, utilização eficiente de recursos e prevenção da poluição;
Combate à corrupção	Envolvimento e contributo para o desenvolvimento da comunidade;
A inclusão e integração	Pessoas em situação desfavorável e de desigualdade
Consumidores	Interesses e benefícios atribuíveis aos diversos existentes.

Fonte: Elaboração Própria

Por vezes a adoção de uma estratégia focada no conceito da responsabilidade social pode ser entendida como um potencial fardo a suportar pela organização, devido à utilização de recursos e aos gastos associados. No entanto, a adoção de políticas de responsabilidade social oferece claramente benefícios à entidade que os implementa em sintonia com o termo de conduta empresarial responsável (CER), nomeadamente⁵:

- Captação e manutenção do capital humano qualificado na organização, promovendo simultaneamente a motivação dos mesmos e o aumento da sua produtividade;
- Cativação e retenção de clientes, parceiros, fornecedores e investidores que queiram colaborar com a causa social;
- Resistência e capacidade de gestão de riscos e cenários de crise;
- Espelhar para o mundo exterior uma imagem mais positiva da organização;

⁵ <https://www.dgae.gov.pt/servicos/sustentabilidade-empresarial/responsabilidade-social-das-empresas.aspx>, consultado em 1/7/2022

- Redução da probabilidade de surgimento de situações de escassez de recursos naturais, com impactos positivos, quer na cadeia de fornecimento, quer na própria organização;
- Criação de impactos positivos com as pessoas envolvidas em torno da organização.

No nosso país já é visível o crescimento de iniciativas neste âmbito, sendo comum aos diversos setores de atividade, quer público, quer privado.

De salientar que, a nível nacional já se encontram publicadas as seguintes normas portuguesas no Catálogo de Documentos Normativos do IPQ, I.P.:

- 1) [NP 4460-1 \(2007\)](#) - Ética nas organizações (parte 1): Linhas de orientação para o processo de elaboração e implementação de códigos de ética nas organizações;
- 2) [NP 4460-2 \(2010\)](#) - Ética nas organizações (parte 2): Guia de orientação para a elaboração, implementação e operacionalização de códigos de ética nas organizações;
- 3) [NP ISO 26000 \(2011\)](#) - Linhas de Orientação da Responsabilidade Social;
- 4) [NP 4563 \(2018\)](#) - Sistema de gestão da ética das organizações – Requisitos;
- 5) [NP ISO 37001 \(2018\)](#) - Sistemas de gestão anticorrupção - Requisitos e orientação para a sua utilização;
- 6) [NP 4469 \(2019\)](#) - Sistema de gestão de responsabilidade social (parte 1): Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização;

As normas assentam em documentos técnicos, aprovadas com o objetivo de regular, normalizar, orientar no sentido atingir os objetivos propostos, contribuindo para o ambicionado desenvolvimento sustentável.

2.1. Importância da Responsabilidade Social e da Sustentabilidade

Com o decorrer dos anos, e associado à evolução, muitas têm sido as preocupações na responsabilização pelo meio ambiente, pela sustentabilidade. Toda a população mundial interage com os diversos organismos, entidades tanto do setor lucrativo, como do setor não lucrativo, e também do setor público. Quer na qualidade de adquirente ou consumidor, quer na qualidade de colaborador, gestor, proprietário, investidor, ou outro, de alguma forma toda a comunidade está cada vez mais preocupada com o planeta.

Segundo Carmo (2016), no início da década de 1980, verificou-se uma expansão rápida das empresas, gerando algumas alterações relevantes. O desenvolvimento tecnológico levou a um aumento significativo do desemprego e a produção cresceu abruptamente, estimulando assim ao uso de matéria-prima. Este conjunto de fatores fez com que, neste período, as preocupações com o bem-estar humano e com o meio ambiente aumentassem, criando assim uma nova ideia de Responsabilidade Social.

A consciencialização com a prioritária preocupação com o meio ambiente, com a poluição e com a sustentabilidade, obrigou à responsabilização da população para medidas e cuidados a adotar urgentemente para a continuidade do planeta.

As empresas, nomeadamente as fábricas, de um modo geral fazem parte integrante da comunidade, a sua gestão, deve passar por estratégias que incluam práticas de responsabilidade social. Com a utilização destas práticas, as organizações ganham solidez e consistência, garantindo a sua continuidade na sociedade envolvente. São várias as temáticas onde a responsabilidade social pode ter impacto no quotidiano das empresas (tabela 5)⁶:

⁶ <https://impactosocial.esolidar.com/2019/12/05/responsabilidade-social-empresarial-o-que-e-a-sua-importancia>, consultado em 12/7/2022

Tabela 5: Temáticas onde a RSE tem impacto

• Construção de um ambiente de cooperativismo nos negócios;
• Aumento da vantagem competitiva da organização;
• Gera maior valor associado e reconhecimento do negócio;
• Possibilidade de investir em inovação e desenvolvimento sustentável;
• Tomada de decisões relacionadas ao benefício mútuo, e não exclusivo;
• Retorno dos investimentos em forma de parcerias e benefícios sociais;
• Criação do senso de pertencer à empresa dos colaboradores e stakeholders;
• Atendimento às necessidades da população ao redor da empresa;
• Estímulo à movimentação da economia local;
• Elevação da reputação da organização diante da sociedade.

Fonte: Elaboração Própria

Em suma, o investimento e utilização de recursos em RSE aumenta a probabilidade de melhores resultados a longo prazo, garantindo a sustentabilidade do negócio no futuro, assistindo assim à sua continuidade.

A RSE tem uma forte ligação com a sustentabilidade, visto que para se conseguir uma sociedade sustentável é preciso implementar práticas de responsabilidade social e ambiental.

2.2 Dimensões R.S.E

A Responsabilidade Social Empresarial pode ser analisada em duas dimensões: interna e externa, apresentadas nos pontos seguintes.

2.2.1 Dimensão Interna

Com base no Livro Verde 2001, e relativamente à dimensão interna da RSE, esta é dividida em quatro partes:

Gestões dos recursos humanos - As organizações continuam a enfrentar dificuldades em encontrar trabalhadores qualificados, a formação contínua assume um papel importante na vida laboral dos Trabalhadores, respeitando o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, bem como proporcionar uma igualdade a nível de salário e género. As organizações devem implementar processos de recrutamento responsáveis, facilitando a contratação de trabalhadores mais velhos, mulheres e desempregados de longa duração.

Saúde e segurança no trabalho – Além de existir cada vez mais legislação nesta temática, é visível a preocupação das organizações em tomar medidas no sentido de se diferenciarem em relação à concorrência. A certificação e a rotulagem de produtos são algumas das medidas usadas.

A adaptação à mudança – A mudança e reestruturação nem sempre é fácil, podendo gerar grandes mudanças nos trabalhadores, a adaptação e mudança pode gerar conflitos na organização da entidade. Neste sentido, é necessário que a empresa tenha em consideração os seus trabalhadores, sempre que decida reestruturar-se.

Boa gestão dos impactos ambientais e recursos naturais - Beneficia tanto o meio ambiente, na medida em que existe uma redução de atividades prejudiciais, como a própria empresa que, por exemplo, consegue reduzir com a despesa energética e eliminação de resíduos (Livro Verde, 2001).

2.2.2 Dimensão Externa

Quanto à dimensão externa, também está dividida em quatro grupos:

Ligações com as comunidades locais – Gera benefícios para ambas as partes, a sobrevivência das organizações também depende da envolvente externa local. Por outro lado, é benéfico para a comunidade uma vez que as empresas fornecem emprego e remunerações. Esta relação assume importância na sobrevivência de ambas as partes. (Livro Verde, 2001).

Relação das empresas com os parceiros comerciais e fornecedores – Possibilita a redução a complexidade do processo e os custos associados. Este

bom relacionamento pode resultar em lucros mais elevados para as empresas (Livro Verde, 2001).

Direitos humanos - Assume uma questão complexa devido aos problemas políticos, jurídicos e morais que coloca. Por exemplo, na atualidade ainda existem países onde os direitos humanos não são respeitados, gerando mais dificuldades às organizações que lá operam. Neste sentido, as organizações têm vindo a criar códigos de conduta, que abrangem as condições de trabalho, direitos humanos e normas ambientais com a finalidade de melhorar a sua imagem e reduzir os riscos de reações negativas por parte dos consumidores.

Preocupações ambientais – Uma preocupação global, uma vez os problemas ambientais têm um efeito transfronteiriço. É referido também que as empresas devem conciliar as atividades económicas com a sustentabilidade.

2.3 Teorias subjacentes à RSE

Articuladas à responsabilidade social empresarial existem várias teorias, associadas às estratégias e políticas utilizadas para a realização dos objetivos e metas definidos. É importante percebermos as teorias que estão por base da temática da Responsabilidade Social Empresarial, de seguida abordaremos a Teoria dos *Stakeholders* e a Teoria da Legitimidade.

2.3.1 Teoria dos Stakeholders

A globalização traz desafios em consonância com a evolução sócio económica, tecnológica, as organizações enfrentam desafios de implementação e modernização de sistemas, de técnicas e medidas de proteção social e ambiental.

Esta teoria assenta na orientação que a gestão das empresas não deve passar apenas pela preocupação dos interesses dos acionistas, mas também por todos os restantes *stakeholders*, como por exemplo colaboradores, gestores, clientes, fornecedores. Esta teoria defende que a organização ao operar na comunidade centraliza interesses de pessoas que afetam ou podem ser afetadas pela atividade e gestão da

»»

organização, podendo também influenciar as tomadas de decisão por forma a obterem benefícios para os interesses que defendem e representam (Faria, 2017).

No que concerne a esta teoria está totalmente excluída a ideia que o principal objetivo das empresas é responder aos interesses dos acionistas, defendendo que a gestão deve assumir um papel responsável pela comunidade em geral e principalmente perante todos os interessados envolventes da empresa (Rezende, *et al.*, 2008).

A definição de prioridades em relação aos *stakeholders* constitui uma preocupação com a responsabilidade social e de gestão, sendo prioritário a capacidade das organizações criarem laços e ligações com os seus *stakeholders*, criando um quadro de gestão e funcionamento baseado em princípios éticos e de cidadania, partindo da articulação entre a gestão e a comunidade externa. As empresas devem permitir aos *stakeholders* o conhecimento dos mecanismos de responsabilização das mesmas pelos seus impactos sociais, económicos e ambientais.

Segundo Faria (2017), esta teoria assenta em dois princípios:

Princípio dos direitos, ou seja, define que os direitos legítimos não podem ser violados, nem ignorados pela gestão da organização. Defende que perante a organização não só os proprietários têm direito a exigir ou requerer determinadas ações ao órgão de gestão, também os *stakeholders* têm esse direito.

Princípio dos efeitos, os efeitos das suas ações sobre terceiros são da responsabilidade da gestão da organização.

A RSE tem servido para realçar uma panóplia de compromissos assumidos, além da criação de riqueza, de geração de lucro envolvendo a modernização, nomeadamente respostas às expectativas dos principais interessados. O respeito pelas expectativas dos diversos *stakeholders* influenciam o comportamento das organizações sendo de alguma importância para a sua sobrevivência num mercado cada vez mais competitivo e inovador.

Esta teoria aponta para a visão de demonstrar a importância das relações que uma organização tem com clientes, fornecedores, empregados e comunidades locais,

representando uma mudança de paradigma, pondo em causa a defesa de que o objetivo fundamental dos negócios é proporcionar riqueza apenas aos acionistas. Resumidamente, a teoria defende que a organização deve criar valor para todas as partes interessadas e não apenas para os acionistas (Freeman, 2020).

2.3.2 Teoria legitimidade

Segundo Tilling (2004), esta teoria pode ser considerada como um mecanismo eficaz na perceção da divulgação da responsabilidade social empresarial, assentando na justificação da posição da organização na sociedade.

A preocupação em legitimar as suas atividades na sociedade é fundamentada pela prática de divulgação de informação socioambiental.

Os princípios desta teoria estão em conexão com a sociologia contribuindo para a legitimidade organizacional. O âmbito de legitimidade é trabalhado pelo processo de legitimação que a sociedade aufere, a sociedade possui um conjunto de normas e valores sociais que definem o estado de legitimidade.

As atitudes, os mecanismos e as ações das organizações de referência podem influenciar as normas e valores impostos pela sociedade, interagindo com a mesma influenciando hábitos, culturas e modas. Estes valores são mutáveis e influenciáveis na sociedade onde interagem.

O aparecimento de conflitos entre os interessados, caso não sejam resolvidos, podem afetar as trocas socioeconómicas das empresas. Portanto, a partilha de conhecimento e de expectativas é uma parte significativa de socialização, podendo evitar ou resolver disputas (Sunder, 2014).

Em suma a legitimidade é adquirida pelas organizações caso a dinâmica atenda a perspetivas da sociedade. A obtenção da legitimidade está interligada e dependente de perceções de normas e valores sociais que se modificam com o passar do tempo.

A Teoria da Legitimidade começa a ser utilizada na área contabilística e de gestão, salientando as pesquisas que procuram explicações para a adoção de certas políticas e mecanismos de evidenciação e continuidade.

A continuidade de uma organização depende da capacidade de atuar em sintonia com as expectativas da sociedade, espera-se o esforço para que as suas atividades sejam aceites e percebidas como legítimas. Entre a entidade e a sociedade existe uma forma de relação contratual, no qual a primeira recebe apoio da comunidade ao demonstrar interesse e respeito pelos seus princípios (Moresco, 2017).

A teoria da legitimidade assenta que as empresas existem até o limite em que a sociedade, ou o público em que opera, considerar que elas são legítimas e, se for necessário, a sociedade conferir à organização o estado de legitimidade. A sobrevivência de uma organização pode estar ameaçada se a sociedade perceber que ela infringiu o seu plano de conduta (Penedo *et al.*, 2004).

Segundo Sunder (2014), esta teoria enfrenta três desafios gerais no sentido de ganhar, manter e recuperar legitimidade.

3. Divulgação da informação empresarial

A comunicação assume um papel importante na reputação da empresa, “não é a comunicação que gera a reputação, mas sim, os resultados corporativos... A qualidade dos seus produtos, o seu comportamento ético e responsável” (Villafãne, 2013). A comunicação incentiva o reconhecimento e o valor corporativo, por parte dos grupos de interesse e em relação às suas necessidades e expectativas para com a organização.

A envolvente externa, embora perceba a razão de RSE no mundo empresarial, espera também da parte das organizações o exercício de uma cidadania corporativa. Para que exista entendimento de tais expectativas, é importante não só a realização, mas também a divulgação da sua atividade de responsabilidade social (Cho *et al.*, 2016).

Para a organização a responsabilidade social não é suficiente, tem que haver divulgação. Para conquistar a confiança corporativa, as organizações devem respeitar uma comunicação clara, direta e eficaz (Xifra, 2020).

Tomada de consciência sobre o papel da comunicação das empresas, fazer coincidir a missão, a visão e os valores, são aspetos que podem ter impactos significativos em momentos de crise, e criar valor empresarial quando partilhados com os *stakeholders* internos e externos.

Numa envolvente de crise como temos atualmente, devido não só aos fatores pandémicos, mas também à guerra, a comunicação corporativa ainda assume maior importância.

Com a crescente necessidade de relato financeiro e não financeiro surgem vários tipos de relatos empresariais, a seguir descritos na tabela 6:

Tabela 6: Tipos de relato

Tipos de Relato	Conteúdo	Audiências	Natureza
Financeiro	Informação financeira	Investidores	Obrigatório
Sustentabilidade	Informação não financeira	<i>Stakeholders</i>	Principalmente voluntário
Integrado	Informação financeira e não financeira	Investidores e outros públicos relevantes	Principalmente voluntário

Fonte: Eccles e Spiesshofer (2017, p. 209)

3.1 Relato financeiro

Na sequência da importância destes relatórios e devido a diversas lacunas apontadas para a informação prestada, muitas alterações têm ocorrido. Pressões de carácter social, político e económico e financeiro.

No contexto deste tipo de relato a informação divulgada é essencialmente contabilística e muito direcionada em informação de natureza financeira (moeda).

O relatório financeiro continuando a ser a principal fonte de informação para os investidores e a primordial forma de divulgação de informação por parte das empresas, assumem um carácter obrigatório, na sua totalidade legislados e tipificados. No entanto, os investidores apontam lacunas nas informações disponibilizadas, nomeadamente, a falta de informações ao nível da divulgação da estratégia, riscos e desempenho futuro, a falta da integração desses indicadores, bem como a qualidade da informação divulgada (Adams, 2015a).

Uma das principais críticas apontadas aos relatórios financeiros é o facto de serem considerados retrospectivos, apenas espelhando o passado. São muitas vezes complexos, extensos e de difícil compreensão, orientados especialmente para técnicos especializados.

O principal objetivo da informação financeira prende-se com a divulgação de informação financeira, aos seus interessados, num determinado período de tempo, as alterações que ocorreram, os resultados obtidos, investimentos, financiamento. É fundamental complementar esta informação com informação não financeira.

3.2 Relatório de sustentabilidade

A informação divulgada nos relatórios de sustentabilidade raramente é apresentada num contexto de modelo de negócio ou de uma estratégia de uma organização, tornando-se difícil para os investidores entenderem como a sustentabilidade pode afetar o processo de criação de valor de uma organização (Eccles e Serafeim, 2015).

Os relatórios de sustentabilidade surgiram no início dos anos 90 tendo como fundamento fornecer aos *stakeholders* informações do desempenho da empresa através da vertente social, governação e ambiental (Eccles e Spiesshofer, 2017).

A relevância da informação não financeira tem crescido substancialmente ao longo dos últimos anos, incluindo também os investidores preocupados essencialmente na rentabilidade das empresas, é notório que a informação financeira só por si não é suficiente para a compreensão do desempenho e o valor de uma empresa.

Em contexto de sociedade e exigibilidade as empresas deparam-se com novas preocupações no âmbito justiça social e a proteção ambiental passando a ser cada vez mais uma realidade das empresas, assim como a consciencialização por parte dos investidores, clientes e outros *stakeholders* para a necessidade de promover uma rentabilidade a longo prazo sustentável.

No nosso País este tipo de relatórios, são de carácter voluntário, a falta do carácter obrigatório permite que muitas entidades não apostem na sua divulgação, dificultando assim a comparação de entidades que divulgam e não divulgam os Relatórios de sustentabilidade.

Relatório de sustentabilidade assenta num relatório de informação não financeira apresentando indicadores ambientais, sociais ou económicos (Dilling & Harris, 2018).

Segundo Stolowy & Paugam (2018), as fontes mais relevantes para os investidores são os relatórios de RSE/sustentabilidade, seguidos pelos relatórios anuais e websites das empresas. Os relatórios de RSE/sustentabilidade são considerados um método para divulgar a INF, nomeadamente a nível ambiental, social e económico, designado por *Triple Bottom Line*, (Geerts & Dooms, 2020).

A necessidade de divulgar a informação não financeira juntamente com a informação financeira impulsionou o aparecimento do Relatório Integrado.

3.3 Relatório Integrado

Nos últimos anos a divulgação de informação não financeira por parte das empresas, tem evoluído bastante, interligado com o interesse de todas as partes interessadas, por questões de RSE e de Desenvolvimento Sustentável (Ribeiro, 2019). A

RSE conecta-se com a nova tendência de relato empresarial, o Relatório Integrado (RI), que tem como principal meta, apresentar num mesmo único documento fatores do âmbito económico-financeiro, mas também, fatores de natureza social e ambiental. O RI torna-se assim numa ferramenta de eleição para uma maior vantagem estratégica sustentável (Ribeiro, 2019).

As diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI) ou as do *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) comprovam esse esforço. Estas entidades continuam empenhadas em padronizarem indicadores que são relevantes em função dos diferentes setores de atividade.

Através da informação não financeira é possível fazer uma análise completa do desempenho de uma organização. Esta obrigação vem na sequência da diretiva 2014/95/UE, que tem como objetivo aumentar a transparência. Nesse sentido, a obrigatoriedade da divulgação da informação não financeira vem complementar outros documentos para limitar as práticas de evasão fiscal e para a promoção da participação dos acionistas de longo prazo nas empresas cotadas.

Nos termos da referida diretiva, a informação não financeira deve estar incluída no relatório de gestão ou apresentada num relatório separado, elaborada pelos seus órgãos de administração, contendo este tipo de informação, para uma compreensão da evolução, do desempenho, da posição e do impacto das suas atividades, referentes, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, às condições de trabalho, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno.

Os Relatórios de Informação Não Financeira, inserem os Relatórios de Sustentabilidade, estes documentos são uma ferramenta de comunicação e de prestação de contas do desempenho não financeiro de uma organização. Por isso, a elaboração destes relatórios é vista como uma passagem da teoria à prática no sentido em que essa tarefa implica medir, divulgar e prestar contas através de critérios e indicadores objetivos sobre sustentabilidade.

Mas os indicadores relacionados com a informação não financeira também se podem adicionar no relatório de gestão, sendo esta uma prática cada vez mais frequentemente adotada pelas organizações. No entanto, enquanto que os modelos de divulgação da informação financeira se encontram regulados e harmonizados, no caso da informação não financeira essa harmonização e padronização ainda não existe. Além disso a divulgação da informação financeira é obrigatória e é auditada, um importante fator que aumenta a sua credibilidade e veracidade. Sendo notória a evolução de criação de critérios de padronização, indicadores e métricas.

Como já dissemos, informação não financeira é essencialmente informação ambiental e social, portanto, dito de outra forma estamos a falar de Responsabilidade Social Empresarial.

3.3.1 Conceito de Relatório Integrado

Em 2010, surge o *International Integrated Reporting Council* (Conselho Internacional para Relato Integrado, ou IIRC na sigla em inglês), uma aliança global de órgãos reguladores, investidores e empresas que visa promover a comunicação de valor gerado à sociedade pelas empresas (IIRC, 2018).

Com o aparecimento do conceito RI em 2011, surgiram múltiplos esforços para estudar o tema, e múltiplas pesquisas foram acrescentando valor ao assunto (Rinaldi *et al.*, 2018; Vitolla *et al.*, 2019).

A exigência de informação atempada, adequada e acrescentando valor tem levado vários autores de diversos países a estudar este tipo de relatórios, sendo a sua evolução visível com o decorrer dos anos, fazendo a ligação entre informação financeira e informação não financeira com o objetivo de criação de valor e de transparência na informação.

O RI encontra-se regulado através do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), que se traduz numa aliança internacional de investidores, empresas, reguladores, definidores de padrão, profissionais de contabilidade e Organizações não

governamentais (ONG). Conforme consta no seu site⁷, a sua missão é estabelecer um sistema integrado de informação e reflexão no âmbito da prática empresarial corrente como norma nos setores público e privado; o IIRC promove igualmente o pensamento integrado.

Com a implementação do RI, é possível que as organizações ampliem a relação com os utilizadores através da divulgação de dados financeiros e não-financeiros, possibilitando a criação de valor, o crescimento e a sobrevivência no mercado.

Vários têm sido os autores a estudar o tema, Eccles e Krzus publicaram em 2011 a história do RI, no livro “*One Report*”. É divulgada a informação, que num encontro entre a FASB, IASB e a Organização Nações Unidas (ONU) convocados pela *Accounting for sustainability (A4S9)* e o *Global Reporting Initiative*, em 11 de setembro de 2009, no St. James Palace, em Londres para discutirem sobre a implementação deste tipo de relatórios nas empresas e incentivarem a sua adoção no âmbito da política pública, com o objetivo de criação de um modelo que englobasse informação que fosse aceite a nível mundial (Eccles & Krzus, 2011).

Na referida obra, são reveladas as primeiras empresas a evoluir os seus relatórios em tal formato, como as dinamarquesas Novozymes e Novo Nordisk, e a brasileira Natura.

Eccles e Krzus (2011), encorajaram as empresas para a utilização da internet na divulgação de informações financeiras e não financeiras de forma integrada, meta dificilmente atingível no antigo formato, em papel, pois este formato reduz significativamente o número de recetores da informação, além de encarecer a sua divulgação.

O RI apresenta-se como uma ferramenta inovadora de divulgação, que deve conter a interligação entre questões económicas, ambientais e sociais (Vitolla, Salvi, Raimo, Petruzzella, & Rubino, 2019).

⁷ <http://integratedreporting.org//the-iirc>, consultado em 28 de julho de 2022

São enumeradas as definições do relatório integrado propostas pelos diversos autores, no entanto assentam em torno da definição divulgada pelo IIRC, 2013;

- “Um relatório integrado é um documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspetivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor em curto, médio e longo prazo.”

- Conjunto de informação relativamente às estratégias da empresa, ao *governance*, à performance e às perspetivas que refletem contextos comerciais, sociais e ambientais onde operam (Owen, 2013).

RI traduz-se numa forma das empresas, órgãos governamentais, pessoas de economia mista e entidades do terceiro setor apresentarem seus relatórios, acrescentando informações que vão além das contabilísticas e financeiras, com objetivo de dar mais transparência às organizações tendo meta fundamental a criação de valor.

O seu aparecimento resulta da ineficácia do anterior modelo de prestação de contas, não era suficiente para a tomada de decisões.

Eram relatórios grandes, pesados, de difícil leitura e interpretação, com foco em processo e não em resultados, por isso não demonstravam de fato, o que era realizado.

Com o atual modelo de RI, os relatórios são menores, com destaque para os resultados que apresentam uma visão integrada, incluindo estratégias de comunicação que alinham o desempenho com as informações contabilísticas e de relato financeiro, patrimoniais e económicas.

De acordo com Perego *et al.* (2017), os RI são o mais recente esforço internacional de relacionar o desempenho financeiro com o desempenho ambiental, social e governo de uma empresa.

3.3.2 Principais itens do relatório integrado

Segundo o IIRC (2011, p.4) o Relatório Integrado reúne “informações sobre a estratégia, governança e desempenho de uma organização e clientes potenciais de uma forma que reflita o ambiente comercial, social e o contexto ambiental em que opera”.

Fornece uma visão clara da gestão de uma organização e como ela cria e mantém seu valor (IIRC, 2011), ou seja, relaciona as informações financeiras e as não financeiras, sobre meio ambiente, sociedade e governança, apenas num só relatório (IIRC 2011, 2013); resolvendo assim os problemas até então criados pela divulgação de informações em dois tipos de relatórios, financeiros e não-financeiros (Eccles & Serafeim, 2015; IIRC, 2011; Kannenberg & Schreck, 2019).

Dumay e Dai (2017), analisaram o impacto do RI nas alterações dentro de uma organização. Concluíram que as entidades ao implementarem um RI, ficam com uma visão mais clara da informação, permitindo descobrir limitações nos seus planos estratégicos. No entanto, não é expectável que existam alterações no dia-a-dia dos colaboradores. Outra conclusão está relacionada com o facto da cultura das empresas já lhe estar intrínseca e de tal forma incorporada na organização que a realização do RI não trará qualquer influência nessa cultura. Um estudo feito com base em empresas da África do Sul, onde o RI já é obrigatório para empresas cotadas na bolsa de valores de Joanesburgo, Barth *et al* (2017) concluíram que existe uma relação positiva entre a qualidade o relatório integrado e a liquidez da empresa, bem como aos fluxos de caixa futuros esperados. Esta situação deve-se ao facto de os resultados dos fluxos de caixa futuros esperados estarem relacionados com a melhor tomada de decisão que é facilitada através do RI. Para além disso, concluíram também que empresas com um bom relatório integrado fazem investimentos mais eficientes.

Com base no IIRC (2013), apresentamos na tabela 7 os principais itens do Relatório Integrado:

Tabela 7: Itens Relatório Integrado

O modelo de negócio	Permite aos gestores a possibilidade de tomarem decisões com base noutras variáveis que não a financeira. O modelo de negócios é o coração do relato integrado.
Modelos de capital	No desenrolar das suas atividades diárias as empresas utilizam capitais (recursos); o IIRC identifica seis tipos de capitais: natural, social e de relacionamento humano, intelectual, manufaturado e financeiro
Estratégia e principais indicadores de desempenho	Deve oferecer uma visão da estratégia da organização para os acionistas e demais partes interessadas, tais como fornecedores, colaboradores e a sociedade, e como esta se relaciona com a capacidade da organização de gerar valor a curto, médio e longo prazo. Os indicadores de desempenho permitem quantificar esse valor.

Fonte: (IIRC, 2013)

Para Eccles e Serafeim (2015) os relatórios corporativos possuem duas funções principais, informação e transformação. A informação refere-se ao fornecimento das informações necessárias para a realização dos processos ou relações (funcionários, investidores, fornecedores, agentes reguladores etc.) usadas pela organização no seu processo de criação de valor. A transformação presume que os *stakeholders* recebem e avaliam essa mesma informação e influenciam o comportamento da organização em seu benefício. A organização deve estar recetiva ao *feedback* dos *stakeholders*, garantindo continuidade a aceitação da organização pela sociedade.

Kannenber e Schreck (2019) salientam que “apesar do termo Relatório Integrado ser usado para se referir a um certo tipo de relatório corporativo; na verdade, reflete uma variedade de abordagens de relatórios particulares”.

O IIRC (2011) considera que os relatos empresariais estão desatualizados, consequência da evolução sofrida nas empresas em consonância com os mercados, nomeadamente na forma como fazem os respetivos negócios; nesse sentido, defende que forma de divulgação de informação precisa de evoluir e para isso criou uma

framework que seja mais capaz de acomodar a complexidade e, ao fazê-lo, reúne os diferentes padrões de relatório. A *framework* apresenta sete princípios orientadores para a elaboração do RI, com a finalidade de garantir a qualidade do relatório e de obter a transparência e comparabilidade entre as diferentes empresas (Liu *et al.*, 2018).

Os princípios apresentados a seguir são fundamentais para sustentar a preparação e apresentação de um RI, pois transmitem o conteúdo do relatório e a forma como a informação é apresentada no relatório (IIRC, 2013).

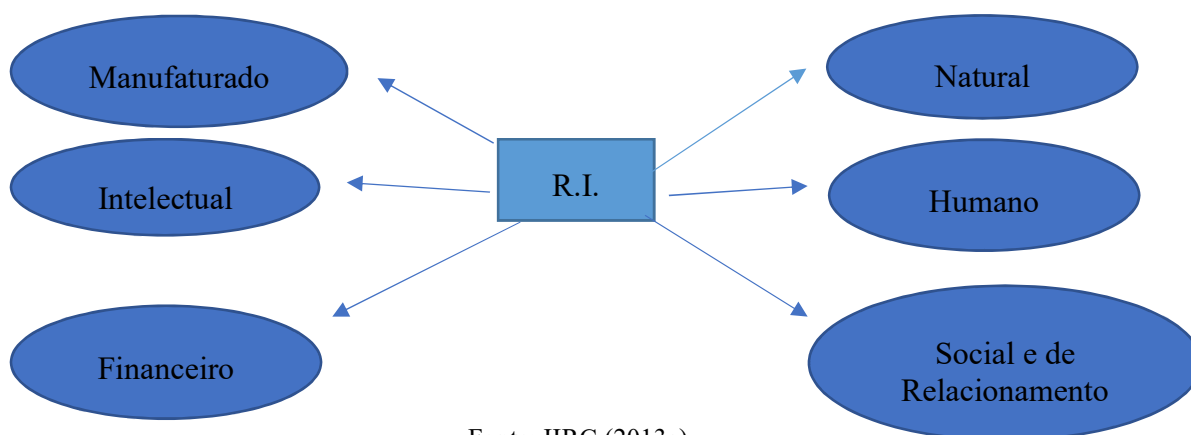
- “- **Foco estratégico e orientações para o futuro:** oferecer uma visão estratégica da entidade e como esta se relaciona com a capacidade da mesma em gerar valor a curto, médio e longo prazo, bem como com o uso dos capitais e seus impactos sobre eles.
- **Conetividade da informação:** mostrar uma imagem completa da combinação, do inter-relacionamento e da dependência entre os fatores que afetam a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo.
- **Relações com os interessados:** promover uma visão da natureza e da qualidade das relações que a organização mantém com os seus principais *stakeholders*, incluindo como e até que ponto a organização responde aos seus legítimos interesses e necessidades.
- **Materialidade:** demonstra a relevância dos assuntos ligados à criação de valor.
- **Concisão:** resumir, a divulgação de informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor a curto, médio e longo prazo, deixando a informação de menor relevância.
- **Confiabilidade e completude:** conter tudo o que é relevante, com equilíbrio entre os pontos positivos e negativos, evidenciando os pontos positivos, no entanto com algum cuidado os pontos negativos devem ser levados em atenção.
- **Coerência e comparabilidade:** proporcionar informações coerentes no tempo, que possibilitam a comparabilidade não só dentro da própria entidade no tempo,

mas também como outras empresas com características semelhantes, na medida em que seja relevante para a capacidade de criar valor.”

Além de obedecer aos princípios supramencionados, deve existir especial cuidado no conteúdo a constar do mesmo.

A proposta de conteúdo sugerida pelo *International Integrated Reporting Council* - IIRC contempla os capitais descritos na figura 3:

Figura 3: Conteúdo Relatório Integrado



Fonte: IIRC (2013a)

Os capitais são descritos da seguinte forma:

Capital financeiro: Representativo dos investimentos ou ativos operacionais necessários para a realização da atividade operacional, pode ser obtido através de financiamentos ou de investimentos anteriores.

Capital manufaturado: Disponíveis numa organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços, entre eles constam os ativos para venda ou retidos para apoio ao funcionamento da empresa.

Capital intelectual: Representado pela base e a capacidade de conhecimento em posse da empresa e a capacidade da sua estrutura organizacional em saber

mantê-lo e expandi-lo. Intangíveis organizacionais que têm por base o conhecimento tácito, entre eles direitos autorais, patentes, direitos e licenças.

Capital humano: Conjunto de competências, capacidades, habilidades, experiências e motivações dos colaboradores para encontrarem melhorias contínuas na atividade operacional, e é necessário um esforço permanente na sua renovação. Certifica que os recursos humanos se encontram alinhados com a estrutura de governo da empresa.

Capital social e de relacionamento: Abrange instituições e relações dentro e fora da empresa com todos os *stakeholders*. Inclui padrões partilhados tais como: valores e comportamentos comuns, relacionamentos com as principais partes interessadas, confiança e compromisso desenvolvidos para proteger as partes interessadas. Intangíveis associados com a marca e a reputação desenvolvida.

Capital natural: É representado pelo conjunto de recursos da natureza na posse da empresa, tais como recursos ambientais renováveis e não renováveis, biodiversidade, minerais, terra, água.

IIRC 2013, recomenda que o relatório único seja autónomo, conciso e que auxilie as ligações com outros relatórios, e comunicação com os investidores e acionistas que desejam informações adicionais.

Os elementos de conteúdo identificados como relevantes para orientar a preparação do relatório integrado, de modo a descrever a criação de valor da empresa, são os seguintes (IIRC,2013):

- Visão geral organizacional e ambiente externo
- Governança
- Modelo de Negócios
- Riscos e oportunidades
- Estratégia e alocação de recursos

- Desempenho
- Perspetivas
- Bases de preparação

3.3.3 Características e Vantagens Relatório Integrado

Dumay *et al.* (2019) salienta seis características do RI que resultam pontos favoráveis e desfavoráveis quanto à realização deste tipo de relatório, atendendo ao IIRC são enumeradas a seguir na tabela 8:

Tabela 8: Características, Vantagens e Desvantagens Relatório Integrado

Caraterísticas RI (IIRC)	Vantagens	Desvantagens
Quantidade modelos	A entidade pode optar por um modelo de informação financeira e não financeira, denominando-o de relatório integrado, adaptando à informação que pretende transmitir, por forma de omitir a informação menos favorável.	A existência de vários modelos de relatório integrado, para os autores “quando existem diferentes versões de RI, é difícil para os profissionais saberem qual devem usar” (Dumay et al., 2019, p. 463).
O RI para investidores	Refere-se ao objetivo do RI de “melhorar a qualidade da informação disponível aos investidores para permitir uma afetação de capital mais eficiente e produtiva” (IIRC, 2013, p.2).	
IIRC como vítima da captura regulamentária		Refere-se a presença dominante de contabilistas e empresas multinacionais no controle do RI, o que já tinha sido criticado por Flower (2015), para Dumay et al. (2019, p. 465) “essa falta de envolvimento com a contabilidade da sustentabilidade

		distanciou estudiosos e preparadores de relatórios preocupados com a sustentabilidade social e ambiental”.
Falta regulamentação		Não é obrigatório, a implementação do RI é voluntária, “a falta de a regulamentação pode levar a uma credibilidade fraca do RI e à falta de confiança dos utilizadores, o que pode obstruir a adoção do RI” (Dumay et al., 2019, p. 470), fator já criticado por Flower (2015).
Definições Vagas	Para Tregidga, Milne e Kearins (2014) essa definição torna-se uma estratégia manipulativa que favorece os resultados do negócio, enquanto omite a sustentabilidade. É considerado tanto favorável como desfavorável, as definições e interpretações tornam-se ambíguas, tornando-se adaptáveis às necessidades das organizações, elas também representam “uma barreira a adoção da estrutura porque a forma que elas podem ou deveriam ser aplicadas não são claras” (Dumay et al., 2019, p. 467).	

Fonte: Elaboração Própria

O RI não retrata apenas mais um relatório, visa aprimorar o sistema de comunicação empresarial existente, proporciona que a empresa use seus relatórios para incentivar a criação de valor a longo prazo para o próprio negócio, tendo em consideração a realidade da globalidade atual, na qual as empresas pertencem, esta mudança resulta da alteração de mentalidade em relação á estratégia de negócios.

Segundo Sanches (2018), a elaboração do RI é mais envolvente do que seguir os princípios, importam também as mudanças que a organização precisa implementar no seu comportamento informacional para entender a proposta do RI.

Um dos principais objetivos assenta no aumento da qualidade da informação para os utilizadores, especialmente para os investidores (Soerger Zaro, 2021), a elaboração do RI é fomentada por princípios que levam a abordagem do relatório com o intuito de equilibrar a essencialidade da organização em comparação com outras do mesmo setor. Assim, de acordo com o IIRC (2013), os princípios básicos que devem ser

considerados na elaboração do Relato Integrado incluem: Foco estratégico e orientação para o futuro, Conectividade da informação, Relações com as partes interessadas, Materialidade, Concisão, Confiabilidade e completude, Coerência e comparabilidade.

Atendendo ao foco, é preciso que o RI da organização apresente uma visão estratégica de sua capacidade de gestão frente aos obstáculos que podem intervir. Para que esta capacidade seja exposta de maneira abrangente, é importante que se aplique o princípio de conectividade, assim todas as informações do relato estarão interligadas: pensamento integrado.

Outro aspeto diz respeito às relações com os utilizadores, segundo Sargaço (2020), é imprescindível a transparência, tendo em conta a materialidade, porque a divulgação afeta e influencia a organização. E como qualquer informação financeira e não financeira, é essencial que o relatório seja claro e objetivo a fim de transmitir segurança nas informações divulgadas e de servir como ferramenta de comparação, quer com outra organização, quer com a própria entidade. Dotado desses princípios, o Relato Integrado oferece informações suficientes para que a relação entre empresa e sociedade seja reforçada e contínua, beneficiando ambas as partes interessadas.

A implementação do RI visa a estabilidade financeira e não financeira, conquistando a confiança nos negócios contribuindo para atingir o desenvolvimento sustentável, através das medidas adotadas. Tem vindo a ser do conhecimento geral que o relato integrado oferece uma compensação fulcral à influência da estabilidade da entidade, proporcionando mais informação permitindo uma visão de curto prazo na tomada de decisões do mercado de capitais consecutivamente com influência nos mercados financeiros globais.

Integrated Reporting Council (IIRC) defende as seguintes vantagens na elaboração do RI, contempladas na *framework*:

- * Mudança no diálogo entre os diversos membros da organização;
- * Maior compreensão do benefício da criação de valor;

- * Mudança e melhoria dos critérios de mensuração;
- * Melhoria nas informações de gestão e nas tomadas de decisão;
- * Impactos positivos nas inter-relações;
- * Maior colaboração dentro das equipas, interligando departamentos e ampliando perspetivas;
- * Apoio na tomada de decisões.

De referir ainda que a adoção do Relatório Integrado permite que:

- A informação disponibilizada seja consistente com as necessidades dos investidores;
- Informação não financeira mais exata seja disponibilizada aos fornecedores de dados;
- Informação fiável esteja ao dispor dos *stakeholders* chave;
- Sejam tomadas melhores decisões em termos de alocação de recursos;
- Existência de uma melhor identificação de oportunidades;
- Existência de um compromisso maior para com os acionistas e os restantes *stakeholders*, incluindo atuais e futuros recursos humanos;
- Redução dos riscos associados à reputação da empresa e;
- Redução de custos do capital e facilidade de acesso à informação.

3.3.4 Impacto implementação do Relatório Integrado e Criação de Valor

O RI vai além do modelo de negócios fragmentado e baseado em modelos em que cada parte do relatório está sob responsabilidade de uma unidade que não interliga a informação gerada por outra e não se comunica com ela, para adotar a forma integrada, participativa e com o envolvimento da alta gestão, o chamado pensamento integrado.

O estudo de Hahn e Kühnen (2013) incide na constatação que o relato de informação não financeira promove benefícios potenciais para as organizações, como a melhoria da transparência, o aumento da reputação e do próprio valor da mesma.

Em suma, o relato integrado, combina num único relatório divulgações financeiras e não financeiras do desempenho de uma empresa, pretende facultar aos utilizadores a conexão entre os dois tipos de informação, fornecendo uma melhor visão sobre o processo de criação de valor e funcionando como um instrumento de relato que permite a comunicação para as partes interessadas (Sierra-García *et al.*, 2015).

O relatório integrado interfere nas mais diversas vertentes, das quais destacamos (figura 4):

Figura 4: Impacto do relato integrado



Fonte: <https://conatusaudit.com.br>⁸

A existência e sobrevivência das organizações dependem de recursos, próprios e alheios, cada vez mais escassos e limitados. O processo de criação de valor de uma

⁸ <https://conatusaudit.com.br/2020/12/11/cvm-aprova-orientacao-tecnica-cpc-09-relato-integrado>, consultado em 22/7/2022

organização centra-se na capacidade que a mesma exerce na sua relação com o ambiente externo. O mais importante na demonstração da criação de valor sustentável por parte de uma organização é descrever a estratégia e o modelo de negócio. O compromisso das partes interessadas, a governação corporativa e os relatórios financeiros integrados representam uma mudança fundamental na forma como os negócios são feitos, como são relatados e como as organizações interagem com os ambientes nos quais operam (Smith, 2014).

Segundo Harrison (2010), o *stakeholder* pode alterar o seu interesse na empresa fundamentado por diversos fatores, como a entrada de novas empresas no mercado e/ou saída de velhas empresas e, principalmente, a transparência e a informação, consequentemente a interpretação de valor pode modificar de acordo com as novas preferências e novas perspetivas colocadas ao dispor.

O Valor não é gerado apenas pela organização ou dentro dela (IIRC, 2014), mas também é influenciado por fatores externos, nomeadamente condições económicas, tecnológicas, societárias que colocam a organização dentro de um contexto macro.

Ao incluir a organização dentro de um contexto macro, o valor é criado por meio das relações com as partes interessadas (IIRC, 2014), utilizando todos os recursos disponíveis.

Soares, Sarturi e Boaventura (2015), pronunciam 6 tipos de valores alocados a criação de valor (tabela 9):

Tabela 9: Valores alocados a criação de valor

Valor de troca: o valor é baseado comparativamente com algo que ele pode ser trocado, sendo negociado e intersubjetivo;
Valor de uso: mensuração subjetiva, valorizando o bem para um determinado indivíduo, numa determinada circunstância, podendo ou não ser valorizado da mesma forma para outros indivíduos, varia entre o zero e infinito;
Valor do trabalho: base fundamental, quantificação do esforço e tempo utilizado para a criação;
Valor da produção: é baseado nos custos totais envolvidos para produzirem um item, assim como o anterior, o valor da produção é independente da preferência pessoal;
Valor intrínseco e extrínseco: sendo uma característica inerente de um item (intrínseca) ou um veículo, ou meio, para algum outro bem (extrínseco);
Valor subjetivo e objetivo: onde o subjetivo, normalmente, refere-se à avaliação de um indivíduo e suas preferências, enquanto o objetivo se refere a uma norma que opera através dos indivíduos ou a um nível superior de análise.

Fonte: Elaboração Própria com base Soares, Sarturi e Boaventura, (2015)

A realização do relatório integrado colabora com a compreensão e interpretação de como é gerado valor no decorrer do tempo.

Inerente ao processo de criação de valor está o modelo de negócios, utilizando diversos inputs, levando em linha de conta a missão, visão, valor da entidade e sociedade, quando a mesma receciona os seis capitais (capital financeiro, capital manufaturado, capital intelectual, capital humano, capital social e de relacionamento e capital natural) e integra todas as informações adaptando ao seu modelo de negócios, a mesma expõe para o ambiente externo sua proposta de valor (IIRC, 2014).

Negócios, investidores, mercado de capitais e economia dependem do fornecimento de informação relevante e de elevada qualidade, para contribuir para a otimização de utilização de recursos, incentivar o investimento, facilitar a transparência, praticas empresariais éticas e sustentáveis (Zhou *et al.*, 2017).

Muserra *et al.* (2020) salientam que as medidas sugeridas pela directiva aumentaram a consciência dos administradores sobre a responsabilidade que cada organização tem não só para com os seus *stakeholders*, mas também para com a sociedade em geral, existindo interligação, ou não. Essa consciência por parte do conselho de administração é apontada como fundamental para assumir práticas empresariais responsáveis.

PARTE II PROJETO – RELATÓRIO INTEGRADO BLUEFISH, LDA



2020

Relatório Integrado



Sumário

Nota prévia

Mensagem do Gerente

Valores

Integridade

Agilidade

Orientação ao cliente

Responsabilidade

Relato não financeiro

Visão

Criação Valor

Capitais

Capital Manufaturado

Capital Financeiro

Capital Natural

Capital Humano

Capital Intelectual

Capital Social e Relacional

Medidas e impactos Covid-19

Medidas de apoio profissional e social

Políticas Ambientais

Investigação e Desenvolvimento

Análise SWOT

Política de dividendos

Perspetivas

Factos ocorridos após o termo do exercício

Relato financeiro

Balanço em 31 de dezembro 2020

Demonstração Resultados exercício 2020

Demonstração das Alterações Capital

Próprio em 2020

Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31/12/2020

Rácios

Certificação Legal Contas

Nota prévia

A Bluefish Lda. foi fundada em 2004 e tem como principal ramo de atividade a comercialização de produtos alimentares congelados.

A satisfação do cliente é uma das principais prioridades, apostando na aquisição de produtos de primeira qualidade e implementando o sistema HACCP (sistema preventivo de controlo de segurança alimentar) que permite garantir que os produtos comercializados cumprem todas as normas comunitárias. A Bluefish possui ainda número de controlo veterinário e número de operador recetor. É na consciência de que a saúde reflete a alimentação que trabalhamos, sempre na procura dos melhores alimentos e da conservação da sua frescura e qualidade.

Ocupamos hoje um lugar no mercado que foi conquistado ao longo dos anos e é resultado do trabalho desenvolvido junto dos clientes, do bom desempenho económico-financeiro e de uma gestão responsável. A preferência com que os nossos clientes e consumidores nos têm brindado constitui, para nós, um motivo de orgulho e, acima de tudo, um incentivo

para sermos cada vez melhores, não descurando os valores em que acreditamos.

Tendo sido criada em 2004, a Bluefish, Lda tem como principal objetivo o comércio por grosso de produtos alimentares, sobretudo para o canal Eureka. Neste exercício reforçamos a nossa parceria com a já significativa carteira de clientes, apoiando-os e ajudando a desenvolver as suas gamas de produtos com maior valor acrescentado pela comercialização de produtos mais vocacionadas à sua atividade.

Mensagem do Gerente

Na Bluefish, decidimos assumir com muito rigor esta função de reportar, pela primeira vez apresentamos um Relatório Integrado, um ato de pura transparência, que envolve e compromete toda a Organização, desde o Conselho de Administração, aos Dirigentes, Técnicos, Quadros Intermédios, Assistentes Administrativos e Operacionais. Neste Relatório Integrado, apresentamos a nossa história de 2021. Lembramos o que foi possível atingir, o que não pudemos - por

razões válidas – alcançar, o empenho de todos numa gestão e num desempenho de EXCELÊNCIA, porque 2021 continuou a ser um ano de profunda incerteza, por via da pandemia que continua a assolar-nos.

Apesar das dificuldades não houve hiatos, antes pelo contrário, houve um esforço de manter sempre as infraestruturas em plena operacionalidade. A tudo recorremos para conservar o perfil de desenvolvimento sustentado que definimos para estes anos desafiantes que estamos a viver. Importa, por conseguinte, realçar as ações nos diferentes domínios que abarcamos e que queremos partilhar com todos os nossos Stakeholders.

No domínio da Missão e da Estratégia da Bluefish, para bem cumprir os compromissos a que nos vinculamos, estivemos onde tínhamos de estar. Fomos sensíveis ao apelo do Governo no sentido de promovermos, através de Boas Práticas, a concretização de Objetivos e Metas que nos foram traçadas.

Percebe-se, portanto, a importância que temos dado nos últimos anos à área de I&D, reforçando os Quadros Especialistas e definindo bem a Missão desta Unidade, como também à Sustentabilidade que se vê posicionada muito claramente como

componente fundamental na reflexão e definição estratégica para a Bluefish.

Valores



Integridade

Demonstramos honestidade, transparência e respeito em tudo o que fazemos. Temos fortes princípios éticos.

Fazemos a coisa certa com ponderação, na busca do orgulho das nossas decisões

Lideramos por meio do exemplo. Tratamos as pessoas como gostaríamos que nos tratassem, respeitando a posição de outra pessoa.

Temos disciplina financeira e operacional.



• **Agilidade**

Temos um senso de urgência em tudo o que fazemos. Tomamos decisões, agimos com rapidez.

Cometemos erros... mas não os repetimos. Quando temos um problema, tentamos a sua resolução.

A vida é uma aprendizagem, tentamos aprender com nossos erros e melhorar.

Partilhamos ideias com outras pessoas para adotá-las rapidamente.



• **Orientação ao cliente**

O consumidor está no centro de tudo o que fazemos.

Atuamos de maneira proativa para oferecer o melhor serviço e valor agregado. Os clientes avaliam nossos serviços/ resultados por último.

Entendemos o mercado e a estratégia de nossos clientes, interpretamos as suas necessidades para lhes oferecer os melhores serviços.

Somos proativos, pensando na melhor maneira de ajudar nossos *stakeholders*.



• **Responsabilidade**

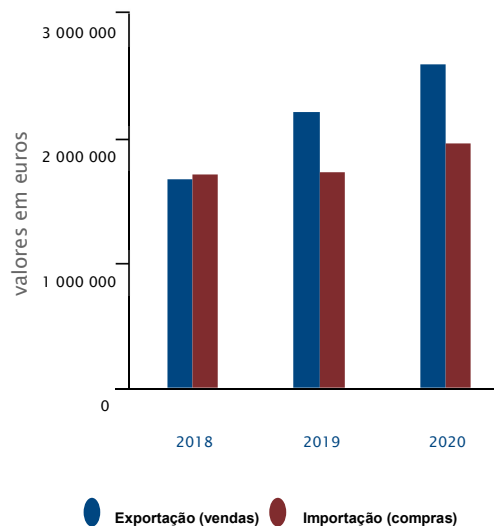
Somos protagonistas, mantemos nossos compromissos e as promessas que fazemos, assumimos o papel de confiança e transparência, evitando questões mal resolvidas com a sociedade e todos os que nos rodeiam.

Relato não financeiro

Visão

A Bluefish com sede em Portugal aposta nas transmissões intracomunitárias e exportação, inserida no âmbito do negócio da alimentação organizada, respeitando os valores da Qualidade, da Segurança e do Ambiente, baseada em Recursos Humanos qualificados e motivados, que se empenham na plena satisfação das necessidades do Consumidor, visando um adequado retorno para os investimentos dos sócios. A nossa visão passa por liderar, através de Recursos Humanos motivados e orientados para o serviço, o negócio de comercialização de pescado, na Península Ibérica e nos mercados de língua portuguesa. Acreditando e valorizando as pessoas, existindo para o cliente, gosto na partilha, saber fazer apostando na melhora, entusiasmo no empreendedorismo, trabalhando diariamente para a expansão do mercado internacional.

Evolução das exportações (vendas e prestação) e importações (compras)



Neste ponto pretende-se uma abordagem à informação não financeira, ou seja, todo o tipo de informação que não contém dados exclusivamente financeiros, informação que diz respeito ao desempenho ambiental, social e à gestão e administração. Informação considerada relevante e apropriada.

Criação Valor

Capitais

Capital Manufaturado - Desde o início da nossa atividade, apostamos na construção das nossas instalações,

adequadas à nossa atividade, com as condições necessárias e adaptadas à nossa realidade. Continuamos a fazer os investimentos necessários para nos dotarmos de instalações e equipamentos para o desenvolvimento da nossa atividade. Neste exercício investimos 598.895,97€.

Capital Financeiro - O negócio requer capital financeiro nomeadamente, ativos financeiros, subsídios e empréstimos. Atendendo à nossa evolução no mercado o recurso ao crédito não ascende a um valor relevante, conseguimos financiar a nossa atividade maioritariamente com recursos próprios. O recurso ao crédito em 2020 ascende a 2.431.235,23€, representando cerca de 39% do ativo não corrente.

Capital Natural - A Gestão dos resíduos na ótica do recurso é a principal premissa da Bluefish que se coaduna com a gestão sustentável de recursos, nomeadamente as matérias-primas, o carbono e energia, a biodiversidade e os solos.

Capital Humano-Os Colaboradores reforçam os compromissos e ideias de negócio. Para cultivar as competências, a qualificação e o know how são assegurados programas de desenvolvimento e formação profissional e pessoal. Mantemos o

equilíbrio de género, contamos com a colaboração de 21 homens e 26 mulheres.

Homens 21 (44%) Mulheres 26 (55%)



Apostamos nos seguintes indicadores de desempenho para conhecer o grau de produtividade do colaborador, gerando prémios distintos por colaborador que incentivam o colaborador na sua performance diária. Constituído por um conjunto de métricas para avaliação das nossas performances ao longo do tempo, o histórico das avaliações é utilizado na análise de objetivos e metas atingidas no planeamento prévio. Apostamos no planeamento prévio, em objetivos claros para conseguirmos atingir as nossas metas:

- Indicadores Produtividade – avaliam o rendimento e eficácia de cada colaborador individualmente através das entregas efetuadas por cada colaborador, inscritas em listagens próprias.

- Indicadores Qualidade -Associados ao índice de produtividade, analisamos os desvios, perdas, ou defeitos ocorridos durante o processo produtivo descritos em mapa próprio criado para o efeito.

- Indicadores Capacidade – Capacidade de resposta durante o processo, medido através da quantidade produzido no decorrer de um determinado período. A receção dos resíduos e as operações de gestão e valorização dos resíduos são asseguradas pelas unidades operacionais (Centro de Triagem, Central de Valorização Orgânica, Central de Valorização Energética) e pelas infraestruturas de apoio e de logística, assegurando a diminuta existência de resíduos, com o aproveitamento de 95% da matéria não aproveitada nas operações.

Capital Intelectual - A gestão da Marca serve como um facilitador de reputação e visibilidade externa da estratégia organizacional. Potenciar uma cultura de inovação, materializando-a na atividade.

O domínio de conhecimento tem permitido a nossa evolução, com diminuição do grau de risco e aumento da probabilidade da continuidade do nosso sucesso.



Capital Social e Relacional - O envolvimento das Partes Interessadas e o bem-estar das Comunidades onde nos inserimos representam a nossa identidade.

Medidas e impactos Covid-19

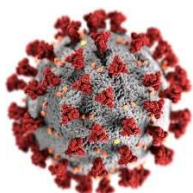
Com o surgimento da pandemia gerou-se uma incerteza sem precedentes, muitos riscos são desconhecidos, um futuro ainda mais incerto. As inúmeras medidas e regras impostas pelo governo geraram um acréscimo de gastos, assim como carência de mão de obra influenciada pelos casos positivos, pelos isolamentos e pelo apoio a família.

As diversas barreiras que surgiram impuseram ao órgão de gestão alguma prudência e cautela para poder assegurar a continuidade da empresa superando as dificuldades que surgiram.

Antecipando-se uma muito lenta recuperação da atividade económica, sendo ainda mais incertos os reais efeitos da pandemia do Covid-19 e na perspetiva que alguns dos clientes possam incumprir as suas obrigações, a atividade terá enfoque prioritário na preparação pró-ativa de

cenários de incumprimento e no desenvolvimento tempestivo de estratégias de minimização de riscos tendo designadamente presente as circunstâncias concretas de cada situação de incumprimento. Ainda que à presente data não seja possível apurar os feitos diretos e indiretos potenciais, do presente contexto, mas que necessariamente afetarão negativamente as expectativas futuras, afigura-se que os eventuais constrangimentos ao prosseguimento da atividade numa ótica de continuidade serão possíveis de gerir e, se tal, se vier a revelar necessário, com recurso ao suporte financeiro dos sócios ou obtenção de recursos financeiros externos disponíveis.

Reafirmamos, que o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém apropriado.



Medidas de apoio profissional e social

Todos os *stakeholders* são importantes para nós, para assegurar a nossa atividade e a nossa existência nos mercados cada vez mais exigentes e de grande concorrência.

A vertente do capital humano assume grande relevância para a nossa continuidade, valorizamos os nossos colaboradores. A faixa etária assume um intervalo dos 30 anos de idade aos 65 anos sensivelmente. a mão de obra existente na nossa atividade está associada a algum esforço físico, uma vez que o manuseamento, preparação e embalamento do pescado requer alguma atividade física, os colaboradores preparam o pescado num ambiente húmido e frio, gerando alguma dificuldade para os colaboradores mais sensíveis. A nossa preocupação passa por equipamentos de proteção adequados, criando condições e qualidade de trabalho, assegurando a qualidade dos nossos produtos.

Facilidade de acesso de comunicação entre colaborador e órgão de gestão com a disponibilização de uma caixa de sugestões

e pedidos, havendo reuniões periódicas com todo o quadro de pessoal para discussão de medidas e suas implementações.

Não descoramos a formação periódica aos nossos colaboradores em horário laboral, assim como a medicina no trabalho dando suma importância as condições físicas do trabalho, apostamos também em equipamentos adequados, substituídos regularmente para não existir perda de proteção por parte dos mesmos.

Dando prioridade à família são permitidas faltas sem perda de remuneração para o apoio escolar e médico aos colaboradores e seus dependentes, justificados mediante prova.



Políticas Ambientais

1. Objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização:

67

- São elaborados anualmente com revisão semestral, para controlo de realização, os objetivos são definidos mediante apresentação e votação nas assembleias.

2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos, ou seja, dados extraídos a partir da nossa atividade, que avaliam o desempenho dos esforços realizados, conseguimos compreender o impacto que as nossas medidas geram no meio-ambiente, podendo avaliar os dados no sentido de preparar melhorados objetivos.

Com base na Norma ISO 14031, os indicadores de desempenho ambiental podem ser divididos em duas categorias: os indicadores gerenciais e indicadores operacionais.

Os indicadores gerenciais diretamente relacionados com as ações internas que impactam o desempenho ambiental do negócio como; preparação e instrução dos colaboradores no processo de realização de resíduos, investimento efetuado no processo de resíduos, adequação do processo de resíduos às normas ambientais do setor alimentício.

Quanto aos indicadores operacionais apostamos na otimização de geração de resíduos sólidos ou líquidos, quantidade de energia despendida no processo produtivo.

A Bluefish assume o compromisso de respeitar o ambiente no desenvolvimento das suas atividades, produtos e serviços, através da utilização de práticas e medidas que assegurem a prevenção da poluição, a redução de impactos ambientais negativos e a melhoria do desempenho ambiental, tais como:

- Cumprir a legislação e as normas ambientais aplicáveis;
- Desenvolver e implementar novas tecnologias que melhorem o desempenho ambiental;
- Identificar os possíveis impactos ambientais dos processos e procurar continuamente reduzir os impactes negativos;
- Otimizar o uso de matérias-primas e energia, como forma de contribuir para a conservação dos recursos naturais;
- Reduzir, reutilizar e promover a reciclagem dos resíduos gerados;

- Sensibilizar os colaboradores para a importância da sustentabilidade no ambiente.



A conservação da natureza e do ambiente dependem dos nossos comportamentos, pequenos gestos no dia a dia, quando somados, refletem um efeito global importante, benéfico para o ambiente e para a qualidade de vida de todos os seres humanos. Conscientes das nossas responsabilidades sociais e ambientais, criamos um Guia de Boas Práticas, um conjunto de recomendações aplicadas ao nosso dia a dia, desde simples medidas de poupança de água e energia, à utilização consciente dos recursos naturais disponíveis. A maior parte destas medidas são também benéficas para o orçamento de cada colaborador e das suas famílias, com o objetivo de promover o sentido de responsabilidade, assumindo como meta comportamentos e atitudes de cidadania ambiental.

3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:

i. Utilização sustentável dos recursos: consumo de água, de outras matérias-primas e de energia; medidas tomadas para melhorar a eficiência da utilização daqueles recursos; recurso a medidas de promoção da eficiência energética e utilização de energias renováveis.

ii. Poluição e alterações climáticas: indicação de: valores de emissões de gases com efeito de estufa; emissões de poluentes para a natureza; penalizações incorridas e medidas para prevenir, reduzir ou reparar as referidas emissões.

iii. Economia circular e gestão de resíduos: medidas de prevenção, reciclagem, reutilização ou outras formas de valorização e eliminação de resíduos.

iv. Proteção da biodiversidade: impactos causados por atividades ou operações em áreas protegidas e medidas tomadas para preservar ou restaurar a biodiversidade.



Investigação e Desenvolvimento

O planeamento da investigação e desenvolvimento na nossa marca tem como fonte de informação essencial a análise das tendências de consumo e a investigação das opiniões e preferências dos consumidores. Na atualidade o consumidor tende a optar por uma alimentação saudável incluindo o pescado na sua dieta diária, fortalecemos a ideia de consumo de peixe apostando na divulgação dos nossos produtos, apelando a adoção de um estilo de vida saudável.

Apostamos também em campanhas publicitárias e colaboramos com diversos eventos de desporto.



Análise SWOT

A análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats) representa uma ferramenta de análise e planeamento estratégico que possibilita a identificação dos fatores internos e externos ambientais ao negócio, das vantagens e desvantagens, das oportunidades e ameaças do meio envolvente, a fim de possibilitar uma base sólida para o processo de formulação estratégica de um negócio.

Tem como principal função identificar os principais elementos positivos e negativos no seio da empresa, assim como identificar oportunidades e ameaças existentes no mercado em que a mesma atua.

❖ STRENGTHS (forças)

- Conceito expressamente desenvolvido em função das necessidades dos segmentos alvo de mercado e em linha com as tendências de mercado;
 - Localização estratégica dos pontos de venda;
 - Proposta alargada de oferta;
 - Boa relação qualidade/preço face ao produto oferecido;
 - Boa diversidade da oferta: Diversidade de produtos;
 - Preço alinhado com as expetativas de mercado;
- com uma qualidade superior ao expetável.

❖ WEAKNESS (fraquezas)

- Elevados custos suportados pela localização da loja;
- Elevados custos operacionais; desde a aquisição à modificação do produto;
- Dificuldade na conservação dos produtos;
- Dependência externa de serviços especializados.

❖ OPPORTUNITIES (oportunidades)

➤ Aumento do consumo privado nacional, prevendo-se um aumento específico do consumo de produtos saudáveis;

➤ Novos hábitos de consumo e de preferências alimentares;

➤ Crescente papel das tecnologias na divulgação e na execução da operação pelas empresas. Presença em redes sociais e em aplicações mobile como canais de marketing e promoção de negócio. Smartphones com papel preponderante na relação consumidor negócio e como um ponto de venda emergente.

❖ **THREATS (ameaças)**

➤ Ameaça ao consumo de produtos substitutos como vending machines;

➤ Política fiscal: Alguma instabilidade associada às

políticas governamentais referentes à aplicação da

taxa de IVA no setor Manutenção do valor IVA

aplicado ao setor da restauração;

➤ Número elevado de empresas concorrentes no setor;

➤ Agressivas políticas de preço, publicidade e

promoção;

➤ Forte concorrência entre empresas existentes;

➤ Legislação laboral - Decisões sobre salários;

➤ Legislação ambiental: Forte legislação do setor, a

nível ambiental e de segurança e higiene no trabalho;

➤ Situação pandémica covid-19.

Política de dividendos

Os dividendos são para o sócio o retorno esperado do investimento efetuado, estes são

recebidos consoante a percentagem de capital que o mesmo detém. Em modo geral os dividendos sempre que possível, são o acréscimo do seu valor, aumentam o valor das empresas através da sua valorização. O principal objetivo do investidor é o retorno do investimento efetuado com o menor nível de risco possível. A entidade, através dos relatórios disponibilizados para consulta, informa os seus elementos que serão relevantes para a avaliação do investidor. Esta informação tem sofrido bastante evolução ao longo dos anos, com a progressão e evolução dos mercados à escala Mundial. A Bluefish tem adotado uma política de dividendos com base na prudência, de 2016 a 2019 inclusive apenas distribuiu resultados em 2020, nunca distribuindo a totalidade do resultado disponível, mantendo sempre a parte da constituição da Reserva Legal de acordo com art. 35 CSC, (5% do Resultado líquido), disponibilizando sempre um valor igual ou superior a 50% para as Reservas Livres.

A proposta de aplicação de resultados de 2020:

Os Resultados Líquidos do exercício de 2020, foram positivos em € 786 383,58, sejam transferidos € 2 379,13 para

Reservas Legais, € 150 000,00 para distribuir pelos sócios e o remanescente para Reservas Livres.

Perspetivas

Para o exercício de 2021 a Bluefish, Lda tem como principal objetivo continuar a prospeção de mercado, com vista a incrementar substancialmente o seu volume de negócios.

Desta forma, continuamos a apostar quer direta ou indiretamente no desenvolvimento de novos produtos, acompanhando de perto as novas tendências do mercado e apresentando-as aos nossos clientes.

Por outro lado, urge reorientar a atividade operacional da empresa para segmentos de mercado mais especializados e de maior valor acrescentado e onde seja possível estabelecer uma política de preços mais vantajosa.

Face à conjuntura nacional e internacional em que vivemos, é relevante dirigir todas as energias, para preparar a empresa para os novos desafios com que esta está confrontada, mormente pela confluência de práticas concorrenciais deploráveis, sem

descurar a crise que afeta globalmente as economias, à qual finalmente se vislumbra um final próximo.

É nesse sentido que a sociedade espera conseguir terminar um investimento, com o apoio de um projeto de investimento, aprovado ainda em 2016, no âmbito do Portugal 2020, num novo entreposto frigorífico e numa linha de produção.

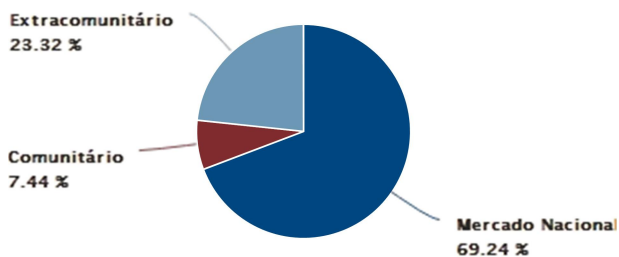
Alteração na qualidade da frota de veículos dos setores comercial e administrativo para viaturas movidas por sistema elétrico.

Os próximos “tempos” vão continuar a revelarem-se difíceis, mas com a persistência da gerência, a sociedade vai

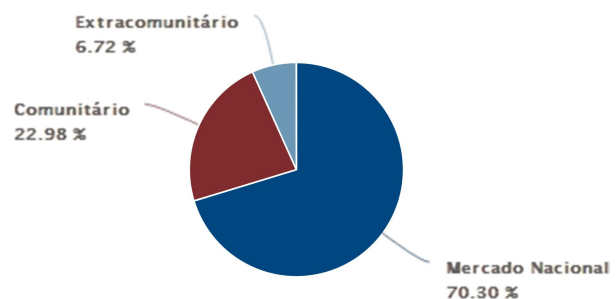
continuar no rumo de crescimento sustentado, sem entrar em irracionalidades. Aliás, a essencialidade da gestão que norteia a empresa assenta na salvaguarda dos interesses dos seus fornecedores, clientes, trabalhadores e da própria sociedade, sem olvidar, naturalmente, os interesses dos sócios que, atenta a situação ora relatada, deverão ter em conta aqueles.

Perspetivamos a curto prazo a expansão da exportação, e transmissões intracomunitárias, para salvaguardar a consistência da nossa atividade, expandindo conseguimos manter os postos de trabalho e contribuímos para a economia regional.

Distribuição geográfica das vendas e prestação de serviços 2020



Distribuição geográfica das compras 2020



Factos ocorridos após o termo do exercício

Nas últimas semanas continua a ser reportado, sobretudo a nível internacional, um crescente número de casos de infeção das populações com o vírus Covid-19, tendo diversos governos, autoridades e agentes económicos implementado um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global. Os efeitos da disseminação do vírus estão ainda a ser analisados pelas autoridades competentes, sendo expectável que venham a ser implementadas novas iniciativas com impacto na situação atual. Pese embora, se comecem a fazer sentir os efeitos da vacinação em massa em algumas partes do mundo, ainda subsistem muitas dúvidas relativamente ao futuro, quer por causa das novas variantes que vão surgindo, quer simplesmente porque uma parte substancial da população mundial ainda se encontra por vacinar.

Considerando o contexto de incerteza acima descrito, a gerência da Bluefish, implementou um conjunto de medidas com vista à proteção da saúde dos seus trabalhadores e clientes, bem como à adequação da sua oferta às constantes alterações da procura e diversas iniciativas para controlar e reduzir custos, incluindo o corte de despesas acessórias.

Através de uma política de gestão dos riscos de forma a acompanhar, medir e gerir a respetiva exposição aos riscos identificados. Anualmente é objeto de ajuda na implementação e definição de medidas de controlo necessárias para minimizar os riscos. A metodologia de avaliação de riscos continua a aplicar-se a todas as atividades e/ou serviços executados dentro das instalações. Durante o ano de 2020 foi dada continuidade à identificação de perigos e avaliação de riscos em todos os setores e ainda aos trabalhos que foram realizados internamente por prestadores de serviços.

Continuamos a ter a maior fatia dos riscos identificados, com um grau de perigosidade baixo, foram implementadas ao longo do ano ações de melhoria, quer no que respeita a melhoria dos postos de trabalho, quer na informação e formação das pessoas. Das atividades do programa de gestão salientam-se os controlos operacionais realizados a um conjunto de equipamentos e situações que têm vindo a permitir a garantia da melhoria das condições de trabalho e o controlo na prevenção da ocorrência de acidentes de trabalho. Cada controlo é planeado e acompanhado de ações imediatas, quando necessárias, no próprio registo de controlo. Quando é necessária a intervenção de outros departamentos na resolução da situação estes controlos operacionais poderão ser a origem da abertura de constatações que são também devidamente acompanhadas e seguidas.

As medidas implementadas para proteção da posição financeira da Bluefish foram determinadas tendo por base a melhor informação disponível a esta data, salientando-se, no entanto, a existência de um contexto de incerteza

associado à evolução futura da disseminação do Covid-19.

Estamos a prever a probabilidade que a empresa venha a ser afetada pelos efeitos económico-financeiros de tal situação, não estando, contudo, em causa a continuidade da empresa.

Na eventualidade de a situação económico financeira da empresa se vir a agravar fruto da crise COVID-19, a empresa poderá ter de recorrer às medidas que tem a seu dispor, e utilizará esses meios (ou combinação de meios) se necessário, a saber:

- Recurso, se necessário, ao diferimento do pagamento de impostos e contribuições para a segurança social;
- Recurso a linhas de crédito existentes;
- Recurso à “Retoma Progressiva”;
- Recurso as programas de formação profissional que entendamos se traduzam em mais valias futuras para os nossos colaboradores e, conseqüentemente, para a própria sociedade.

Relato financeiro

Balanço em 31 de dezembro 2020

ATIVO	Notas	2020	2019
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		6 322 208,30	6 369 076,31
Ativos intangíveis		2 292,34	4 492,12
Outros ativos financeiros		15 319,88	13 224,25
Ativos por impostos diferidos		73,50	878,94
Total do ativo não corrente		6 339 894,02	6 387 671,62
Ativo corrente			
Inventários		1 153 798,93	957 875,82
Clientes		1 467 111,27	1 446 687,93
Estado e outros entes públicos		0,00	83 340,07
Outras contas a receber		51 332,80	135 594,88
Diferimentos		11 945,62	11 380,92
Caixa e depósitos bancários		4 741 287,10	4 129 177,05
Total do ativo corrente		7 425 475,72	6 764 056,67
Total do ativo		13 765 369,74	13 151 728,29
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		750 000,00	750 000,00
Outros instrumentos de capital próprio		50 000,00	50 000,00
Reservas legais		147 620,87	116 409,09
Outras reservas		1 928 427,59	1 928 427,59
Resultados transitados		1 371 606,67	778 582,83
Outras variações no capital próprio		1 936 366,21	2 486 967,59
Resultado líquido do período		786 383,58	624 235,62
Total do capital próprio		6 970 404,92	6 734 622,72
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		2 431 235,23	3 409 041,52
Passivos por impostos diferidos		514 730,27	183 375,39
Total passivo não corrente		2 945 965,50	3 592 416,91

Passivo corrente			
Fornecedores		1 650 125,28	1 766 291,87
Estado e outros entes públicos		113 642,58	117 315,57
Financiamentos obtidos		1 875 927,82	662 408,60
Outras contas a pagar Diferimentos		209 303,64	278 672,62
Total do passivo		3 848 999,32	2 824 688,66
Total do capital próprio e do passivo		6 794 964,82	6 417 105,57

De salientar o decréscimo existente em relação ao endividamento a longo prazo, sensivelmente 28%, revelando prudência por parte da administração devido ao ano de pandemia que o mundo atravessa. A administração optou por não investir em 2020 e reduzir os financiamentos, assegurando o cumprimento das responsabilidades a longo prazo. O ativo corrente é visivelmente superior ao passivo corrente, a administração não apresenta dificuldades em respeitar as responsabilidades a curto prazo. As

mercadorias encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o método de custeio o custo medio ponderado.

Rendibilidade do Capital Próprio (ROE) RL/CP em 2020 ascende 11,28% registando um aumento relativamente ao exercício anterior.

	2020	2019
Capital próprio		
Capital	750 000,00	750 000,00
Acções (quotas) próprias	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	50 000,00	50 000,00
Prémios de emissão	0,00	0,00
Reservas legais	147 620,87	116 409,09
Outras reservas	1 928 427,59	1 928 427,59
Resultados transitados	1 371 606,67	778 582,83
Ajustamentos em activos financeiros	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00
Outras variações no capital próprio	1 936 366,21	2 109 570,95
Resultado líquido do exercício	786 383,58	624 235,62
Total	6 970 404,92	6 357 226,08

CAPITAL PRÓPRIO				
DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Capital	750 000,00	-	-	750 000,00
Acções (quotas) próprias	-	-	-	-
Valor nominal	-	-	-	-
Descontos e prémios	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital	50 000,00	-	-	50 000,00
Prémios de emissão	-	-	-	-
Reservas	2 044 836,68	-	31 211,78	2 076 048,46
Reservas legais	116 409,09	-	31 211,78	147 620,87
Outras reservas	1 928 427,59	-	-	1 928 427,59
Resultados transitados	778 582,83	-	593 023,84	1 371 606,67
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Outras variações no capital próprio	2 109 570,95	219 246,50	46 041,76	1 936 366,21
Subsídios	2 109 570,95	219 246,50	46 041,76	1 936 366,21
Doações	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-

De acordo com a legislação comercial em vigor, a Reserva Legal é composta por 20% do capital social, sendo anualmente destinado 5% do resultado líquido para a

mesma até perfazer os 20% estipulados. A reserva legal não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotas todas as outras reservas.

Ativos

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de Janeiro de 2009 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções:
10 Anos
- Equipamento básico:
7 a 10 Anos
- Equipamento de transporte:
4 Anos
- Equipamento administrativo:
3 a 5 Anos
- Outros ativos fixos tangíveis:
5 a 8 Anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida

Tangíveis

útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos ou outros gastos.

Demonstração Resultados exercício 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	PERIODOS	
	2020	2019
Vendas e serviços prestados	8 495 054,38	7 933 337,68
Subsídios à exploração	878,97	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-6 005 236,39	-5 690 241,48
Fornecimentos e serviços externos	-445 542,09	-572 625,64
Gastos com o pessoal	-740 713,15	-667 124,10
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-2 296,22	-7 124,66
Outros rendimentos e ganhos	469 079,25	561 858,00
Outros gastos e perdas	-41 818,57	-44 218,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 729 406,18	1 513 861,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-647 963,76	-645 503,01
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 081 442,42	868 358,57
Juros e gastos similares suportados	-69 930,91	-60 466,69
Resultado antes de impostos	1 011 511,51	807 891,88
Imposto sobre o rendimento do período	-225 127,93	-183 656,26
Resultado líquido do período	786 383,58	624 235,62

A Demonstração de Resultados, permite conhecer o desempenho económico na vertente de Gastos e Rendimentos, ao longo dos anos em estudo. Numa primeira análise podemos verificar que se trata de uma empresa com resultados positivos.

O volume de negócios ascendeu a 8 495 054,38, apresentando um acréscimo de 7% relativamente ao exercício anterior. A margem bruta evoluiu positivamente 2%, com o aumento do volume de negócios e aumento de algumas rubricas de gastos

conforme se pode constatar, conseguimos evoluir positivamente o resultado do exercício, ascendendo a 786 383,58€, teve um acréscimo de 26%. Sendo perceptível que a empresa tem tido eficiência na gestão operacional, com os resultados operacionais a suprir os encargos

financeiros, resultando um efeito de alavanca financeiro positivo.

O EBITDA ascendeu a 1 729 406,18€.

De seguida são apresentados os valores desagregados dos gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos para conhecimento dos gastos despendidos nestas duas rubricas

GASTOS COM O PESSOAL		
Descrição	2020	2019
Gastos com o pessoal	740 713,15	667 124,10
Remunerações dos órgãos sociais	60 255,00	59 000,00
Das quais: Participação nos lucros	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	494 156,55	426 416,23
Das quais: Participação nos lucros	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00
Dos quais:		
Para planos de contribuições definidas - órgãos sociais	0,00	0,00
Para planos de contribuições definidas - outros	0,00	0,00
Indemnizações	1 486,67	0,00
Encargos sobre remunerações	126 193,80	128 450,34
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	9 155,71	6 864,86
Gastos de acção social	49 465,42	46 392,67

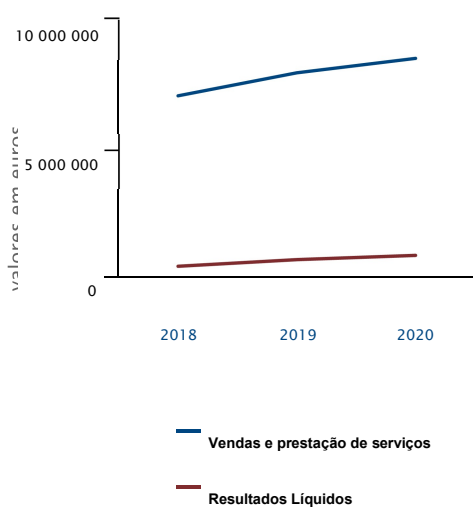
Fornecimentos e serviços externos	2020	2019
Subcontratos	49 663,64	75 803,52
Trabalhos especializados	21 691,30	24 018,13
Publicidade	2 393,50	15 967,57
Honorários	6 400,80	7 897,11
Comissões	651,98	0,00
Conservação e reparação	67 995,87	140 732,81
Outros	820,00	0,00
Ferramentas e utensílios	7 657,27	2 435,79
Material de escritório	3 890,74	5 040,04
Artigos para oferta	1 126,06	1 140,28
Electricidade	123 180,34	144 039,13
Combustíveis	39 402,09	47 893,09
Água	26 548,24	20 024,17
Deslocações, estadas e transportes	52 535,36	52 001,46
Rendas e alugueres	4 012,00	2 452,70
Comunicação	6 203,16	6 458,25
Seguros	21 263,86	15 300,72
Contencioso e notário	227,65	176,51
Despesas de representação	2 103,39	4 968,16
Limpeza, higiene e conforto	6 401,70	5 812,59
Outros Serviços	1 373,14	463,61
Total	445 542,09	572 625,64

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

1	Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	1 011 511,51
2	Imposto corrente	224 322,49
3	Imposto diferido	805,44
4	Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	225 127,93
5	Tributações autónomas	
6	Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento [6 = (4 + 5) / 1 x 100]	22,26%

Não foi preenchido o campo da linha 5 – Tributações autónomas, no montante de € 1.929,90, porque faz parte do imposto corrente (linha 2).

Evolução das vendas e prestação de serviços e dos resultados líquidos



Bluefish	2020	vs. 2019
Negócio		
Vendas e prestação de serviços	8 495 054,38€	7,08%
EBITDA ajustado	1 731 702,40€	13,85%
Resultados Líquidos	786 383,5€	25,98%
Situação financeira		
Ativo total	13 765 369,74€	4,67%
Passivo	6 794 964,82€	5,89%
Capital próprio	6 970 404,92€	3,50%
Autonomia financeira	50,64%	-1,11 p.p.
Solvabilidade	102,5%	-2,26 p.p.

Evolução das vendas e serviços prestados e recebimentos de clientes								
	Entidade					Setor (Pequenas empresas)		
	2016	2017	2018	2019	2020	Var. 2020/ 2019	2019	Var. 2019/ 2018
Vendas e serviços prestados (€)	6 610 066,06	7 077 703,57	7 037 018,69	7 933 337,68	8 495 054,38	7%	4 645 253,20	3%
Recebimentos de clientes (€)	-	-	7 238 222,30	7 831 948,88	8 611 877,45	10%	2 651 465,10	-32%
Valor a receber de clientes (€)	1 026 721,23	1 058 597,14	1 219 788,76	1 446 687,93	1 467 111,27	1%	1 174 151,64	12%

Demonstração das Alterações Capital Próprio em 2020

Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 2020

Movimentos no período	Notas	Capital Subscrito	Acções (quotas) Próprias	Out. Instrum. de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital	Resultado líquido do período	SUB-TOTAL	Interesses que não controlam	TOTAL
Posição no início do período		750 000,00	0,00	50 000,00	0,00	116 409,09	1 928 427,59	778 582,83	2 109 570,95	624 235,62	6 357 226,08	0,00	6 357 226,08
Alterações de políticas contabilísticas													
Aumentos / reduções de capital													
Aumentos / diminuições no excedente de valorização de activos fixos													
Realização do excedente de valorização de activos fixos													
Aumentos de reservas por aplicação de resultados													
Distribuição de reservas													
Outros aumentos / diminuições de reservas													
Distribuição de lucros / cobertura de prejuízos						31 211,78		593 023,84		-624 235,62	0,00		0,00
Aumentos / diminuições de valor em investimentos disponíveis para venda													
Outros aumentos / diminuições de valor em instrumentos financeiros													
Correcções relativas a exercícios anteriores									46 041,76		46 041,76	0,00	46 041,76
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos													
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente													
Outros ganhos / perdas reconhecidos directamente no capital próprio													
Transferências													
Total dos aumentos / diminuições directos no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	31 211,78	0,00	593 023,84	-173 204,74	-624 235,62	-173 204,74	0,00	-173 204,74
Resultado líquido do período										786 383,58	786 383,58	0,00	786 383,58
Distribuição antecipada de lucros													
Interesses minoritários													
Posição no fim do período		750 000,00	0,00	50 000,00	0,00	147 620,87	1 928 427,59	1 371 606,67	1 936 366,21	786 383,58	6 970 404,92	0,00	6 970 404,92

Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31/12/2020

	PERIODOS	
	dez-20	dez-19
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de clientes	8 611 877,45	7 831 948,88
Pagamentos a fornecedores	7 002 070,37	5 877 299,76
Pagamentos ao pessoal	751 561,24	652 028,90
Caixa gerada pelas operações	858 245,84	1 302 620,22
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	81 082,72	-152 494,01
Outros recebimentos/pagamentos	80 806,17	157 952,83
Fluxos de caixa das atividades operacionais (A)	80 806,17	157 952,83
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>	80 806,17	
Pagamentos respeitantes a:	1 020 134,73	1 308 079,04
Ativos fixos tangíveis	666 385,01	1 502 165,86
Ativos intangíveis	-	6 600,00
Investimentos financeiros	2 095,63	1 788,41
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	243,90	70 903,61
Investimentos financeiros	-	457,18
Outros ativos	15 600,00	15 600,00
Subsídios ao investimento	65 548,94	1 856 983,20
Fluxos de caixa das atividades de investimento (B)	-587 087,80	433 389,72
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
<u>Recebimentos provenientes de:</u>		
Financiamentos obtidos	1 000 000,00	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	764 287,07	845 589,36
Juros e gastos similares	69 247,77	68 914,13
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (C)	166 465,16	-914 503,49
Variação de caixa e seus equivalentes (A+B+C)	599 512,09	826 965,27
Efeito das diferenças de câmbio	12 597,96	1 849,93
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 129 177,05	3 300 361,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 741 287,10	4 129 177,05

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO				
	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	727,37	1 515 783,53	1 515 231,77	1 279,13
Depósitos à ordem	4 128 449,68	11 020 913,89	10 409 355,60	4 740 007,97
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de caixa e depósitos bancário	4 129 177,05	12 536 697,42	11 924 587,37	4 741 287,10

Rácios

Rácios	2020	2019
Estrutura / Endividamento		
Autonomia financeira (%)	50,64	51,21
Solvabilidade (%)	102,58	104,95
Endividamento (%)	49,36	48,79
Vendas e serviços prestados / Capital próprio (%)	121,87	117,80
Ativos não correntes / Capital próprio (%)	90,95	94,85
Débitos Correntes / Capital próprio (%)	55,22	41,94
Débitos Correntes / Inventários e ativos biológicos (%)	333,59	294,89
Ativo não corrente / (Capital próprio + Passivo não corrente) (%)	63,93	61,85
Capacidade de endividamento a médio e longo prazo (%)	70,29	65,21
EBITDA ajustado / Passivo líquido (%)	84,96	66,87
Dívidas de médio longo prazo / Ativos fixos (%)	38,46	53,52
Passivo / Capital Próprio (%)	97,48	95,29
Estrutura de endividamento (%)	56,64	44,02
Funcionamento		
Rotação de inventários	7,36	8,28
Prazo médio de recebimentos (dias)	62,60	61,34
Prazo médio de pagamentos (dias)	93,81	92,33
Rotação do ativo (%)	61,71	60,32
Liquidez		
Liquidez reduzida	1,63	2,06
Liquidez geral	1,93	2,39
Liquidez imediata	1,23	1,46
Fundo de maneo	3 576 476,40	3 939 368,01
Rentabilidade económica		
Rentabilidade do ativo (%)	5,71	4,75
Resultados antes de impostos / Ativo (%)	7,35	6,14
Vendas e serviços prestados por empregado	180 745,84	214 414,53
Resultado líquido do período por empregado	16 731,57	16 871,23
Ativo / Vendas e serviços prestados (%)	162,04	165,78
Valor acrescentado bruto (VAB)	2 045 154,87	1 670 470,56
Vab por vendas (%)	24,07	21,06

Rentabilidade económica (%)	7,86	6,60
Rentabilidade do investimento (%)	10,20	7,82
Rentabilidade líquida do ativo (%)	5,98	5,45
Gastos com o pessoal / Vendas e serviços prestados (%)	8,72	8,41
Gasto médio por empregado	15 759,85	18 030,38
Gastos com o pessoal / EBIT (%)	68,49	76,83
Custo líquido de financiamento	69 930,91	60 466,69
EBITDA ajustado	1 731 702,40	1 520 986,24
EBIT	1 081 442,42	868 358,57
Margem EBIT (%)	12,73	10,95
Rentabilidade financeira		
Rentabilidade das vendas e serviços prestados (%)	9,26	7,87
Rentabilidade do capital próprio (%)	11,28	9,27
Rentabilidade dos capitais permanentes (%)	7,93	6,04
Passivo / Vendas e serviços prestados (%)	79,99	80,89
Passivo / Custo das vendas (%)	113,15	112,77
Vendas / Ativo corrente (%)	114,40	117,29
Juros e gastos similares suportados / Vendas e serviços prestados (%)	0,82	0,76
Fundo de maneo / Vendas e serviços prestados (%)	42,10	49,66
Juros e gastos similares suportados / EBITDA ajustado (%)	4,04	3,98
Margem EBITDA ajustado (%)	20,38	19,17
Cobertura do ativo não corrente (%)	156,41	161,67

Realçamos alguns dos nossos indicadores, que demonstram a nossa solidez e evolução no mercado. Quanto à liquidez o seu conceito está ligado com a capacidade de um determinado ativo ser transformado em meios líquidos. Assim, um ativo será tanto mais líquido quanto mais rápido e com menos custos ocorrer

esta transformação, libertando meios para suprir compromissos. Os indicadores de liquidez medem a capacidade da empresa em solver os seus compromissos de curto prazo, designadamente o pagamento das dívidas a fornecedores, ao Estado e a outros credores correntes, assim como a

amortização de financiamentos com maturidade inferior a 1 ano. Encontramos com um rácio superior a um significando que estamos bem financeiramente.

Liquidez imediata compara o valor das disponibilidades com o valor do passivo curto prazo, dando a conhecer a capacidade que a empresa tem em respeitar os seus compromissos a curto prazo. Com o cálculo da autonomia financeira conseguimos refletir a estabilidade e a capacidade de a empresa cumprir as suas obrigações não correntes. Conseguimos perceber o peso dos ativos totais da empresa que são financiados pelos capitais próprios. Pelos valores analisados conseguimos perceber que os capitais próprios têm um grande peso no financiamento dos ativos.

Certificação Legal Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

“Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Bluefish, L.DA., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 (que evidencia um total de 13.765.522,94 euros e um total de capital próprio de 6.970.404,92 euros, incluindo um resultado líquido de 786.383,58 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito da matéria referida no número 1 da seção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Bluefish, LDA em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de normalização contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme divulgado na nota 10.1 do Anexo às demonstrações financeiras, a sociedade considera que, relativamente à pandemia Covid-19, antecipa-se uma muito lenta recuperação da atividade económica, sendo ainda mais incertos os reais efeitos da pandemia do Covid-19 e na perspetiva que alguns dos clientes possam incumprir as suas obrigações, a atividade terá enfoque prioritário na preparação pró-ativa de cenários de incumprimento e no desenvolvimento tempestivo de estratégias de minimização de riscos tendo designadamente presente as circunstâncias concretas de cada situação de incumprimento. Ainda que à presente data não seja possível apurar os feitos diretos e indiretos potenciais, do presente contexto, mas que necessariamente afetarão negativamente as expetativas futuras, afigura-se que os eventuais constrangimentos ao prosseguimento da atividade numa ótica de continuidade serão possíveis de gerir e, se tal, se vier a revelar necessário, com recurso ao suporte financeiro dos sócios ou obtenção de recursos financeiros externos disponíveis”.

CONCLUSÃO

O relato tem como base a contabilidade, da contabilização dos movimentos, e estimativas resultamos os diversos balancetes, servindo de partida para os mais diversos mapas de gestão de acordo com a entidade em questão. Desde o surgimento do Plano Oficial de Contabilidade em 1989, e o surgimento posterior do plano atual em 2010, a contabilidade tem sofrido bastantes alterações, assim como o relato financeiro. A uniformização e a informática permitiram uma mais rápida e acessível evolução, permitindo a comparabilidade entre empresas e organismos, não só a nível nacional, como internacional.

O relato integrado surge na sequência da evolução do relato, permitindo conjugar a informação não financeira e a informação financeira.

No âmbito da informação não financeira podemos dizer que a Diretiva *Diretiva* 2014/95/EU, tem potencial para ser uma verdadeira reforma institucional e não uma mera mudança administrativa, que apoiará a transparência da informação e a transição para modelos de negócios sustentáveis, melhoria na qualidade da informação, facilidade de leitura para os utilizadores.

O presente projeto incidiu sobre uma pequena empresa por quotas, sujeita a revisão oficial de contas. Como pequena empresa faz parte integrante do grupo com a maior percentagem nacional que são as pequenas e médias empresas.

O relatório integrado tem sido implementado maioritariamente por empresas cotadas em bolsa. No entanto é visível que este tipo de relatório se adapta a qualquer tipo de entidade, devido à diversidade e à não tipificação a entidade pode adequar o relatório à sua realidade, acrescentado aos relatórios existentes e obrigatórios mais informação de carácter relevante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, C. (2015) The International Integrated Reporting Council: A call to action. *Critical Perspectives on Accounting*, pp.23-28.
- Adams, M. (2017) Emerging integrated reporting practices in the United States. In Guthrie, J., Dumay, J., Ricceri, F. and Nielsen, C. (Eds.) *The Routledge Companion to Intellectual Capital: Frontiers of Research, Practice and Knowledge* (pp. 365-379). Londres: Routledge.
- Amirrudin, M. S.; Mazni, A. & Saleh, Z. (2020) Sustainability Reporting to Integrated Reporting: The Relationship between Total Integrated Reporting Disclosure Quality (TIRDQ) and Firm Performance. *International Journal of Recent Technology and Engineering*, v. 8, n. 6, pp. 1780 – 1784.
- Antonio Salvi, F.V. (2020) Intellectual capital disclosure in integrated reports. The Effect on firm value, p.8
- Barth, M. E.; Cahan, S. F.; Chen, L. & Venter E. R. (2017) The economic consequences associated with integrated report quality: Capital market and real effects. *Accounting, Organizations and Society*, v. 62, pp. 43-64.
- Brooks, C., & Oikonomou, I. 2018. The effects of environmental, social and governance disclosures and performance on firm value: A review of the literature in accounting and finance. *The British Accounting Review*, 50
- Carmo, L. O. (2016). “Evolução da responsabilidade social empresarial e a introdução ao caso brasileiro”, *Revista de administração geral*. Vol.1, Nº2, pp. 118-137.
- Carmo, C. M., & Ribeiro, C. V. (2021). *A divulgação de informação não financeira pelas empresas portuguesas, no contexto*. Lisboa: n.d.
- Cho, M., Furey, L. D., & Mohr, T. (2016). Communicating Corporate Social Responsibility on Social Media: Strategies, Stakeholders, and Public Engagement on Corporate Facebook. *Business and Professional Communication Quarterly*, 1- 18. <https://doi.org/10.1177/2329490616663708>.

Cortesi, A. & Vena. L. (2019) Disclosure quality under Integrated Reporting: A value relevance approach. *Journal of Cleaner Production*, v. 220, pp. 745-755.

De Villiers, C.; Venter, E. R. & Hsiao, P. K. (2017) Integrated reporting: background, measurement issues, approaches and an agenda for future research. *Accounting & Finance* v. 57, pp. 937–959.

Dias, A., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2017). Corporate Governance Effects on Social Responsibility Disclosures. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*

Dilling, P. F. A., & Harris, P. 2018. Reporting on long-term value creation by Canadian companies: A longitudinal assessment. *Journal of Cleaner Production*, 191: 350–360.

Dumay, J.; Bernardi C.; Guthrie J. & La Torre M. (2019) Barriers to implementing the International Integrated Reporting Framework. *Meditari Accountancy Research*, v. 25, n. 4, pp. 461-480.

Eccles, R. G., Krzus, M.P. (2010) One report: integrated reporting for a sustainable strategy. Nova Iorque: Wiley.

Eccles, R. G.; Serafeim, G. (2015) Corporate and integrated reporting: a functional perspective. In: E. Lawler, S. Mohrman, & J. O’Toole (Eds.) *Corporate stewardship: achieving sustainable effectiveness* (pp. 156–171).

Faria, M., S. (2017) Tipos de divulgação da informação financeira e não financeira de responsabilidade social empresarial. *Cadernos EBAPE.BR*. Vol. 15, pp. 534-558.

Fernandes, D.F. (2019), *Informação Financeira e Não Financeira*. Dissertação de Mestrado de Contabilidade e Fiscalidade Empresarial, IPC – Portugal, 2019.

Filippo Vitolla, N. R. (Novembro de 2018). Adoption of Integrated Reporting: Reasons and Benefits—A Case . *Adoption of Integrated Reporting: Reasons and Benefits—A Case* , p. 6.

Freeman, R. E., Phillips, R., & Sisodia, R. (2020). Tensions in Stakeholder Theory. *Business & Society*, 59 (2), 213-231. <https://doi.org/10.1177/0007650318773750>

Geerts, M. & Doms, M. 2020. Sustainability Reporting for Inland Port Managing Bodies: A Stakeholder-Based View on Materiality. *Sustainability*, 12(5): 1726.

Golob, U, & Podnar, K (2011), Corporate social responsibility communication and dialogue. In Ø. Ihlen, J. Bartlett & S. May (eds). The handbook of communication and corporate social responsibility. Wiley-Blackwell, 231–251.

Livro Verde (2001). Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.

ICAFI (2020), “Accounting regulation and disclosure leader: a longitudinal and integrated analysis of sustainability information”.

Journal of Sustainability and Management. (2020) MODEL OF THE INTEGRATED REPORTING FOR SMEs. Journal of Sustainability Science and Management, 146-161.

Maniora, J. (2017) Is Integrated Reporting Really the Superior Mechanism for the Integration of Ethics into the Core Business Model? An Empirical Analysis. J Bus Ethics, v. 140, pp. 755-786.

McNally, M.; Cerbone, D. & Maroun, W. (2017) Exploring the challenges of preparing an integrated report. Meditari Accountancy Research, v.25 p.1-35.

Moresco, I., P. (2017) Análise da relação entre a teoria contratual, a produção científica e a percepção do mercado no contexto brasileiro. Universidade Federal de Goiás.

Muserra, A. L., Papa, M., & Grimaldi, F. (2020). Sustainable development and the European Union Policy on non-financial information: An Italian empirical analysis. Corporate Social Responsibility and Environmental Management, 27(1), 22-31.

Owen, G. (2013), "Integrated reporting: A review of developments and their implications for the accounting curriculum", Accounting Education, Vol. 22

Penedo, José et al. Contabilidade ambiental: divulgação de informação. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE DE PORTUGAL, 10., 2004, Lisboa. *Anais..* Estoril: Iscal, 2004

Perego, P; Melloni, G. e Galio, A., (2017), Saying more with less? Disclosure conciseness, completeness and balance in Integrated Reports, Journal of Accounting Public Policy, Janeiro 2017.

Renato Camodeca, A. A. (5 de abril de 2017). Implementing Integrated Reporting: .
Implementing Integrated Reporting: , p. 135.

Rezende, I., Nunes, J., & Portela, S. (2008). Um estudo sobre o desempenho financeiro do índice Bovespa de sustentabilidade empresarial. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*. Vol. 2, nº. 1, pp. 71-93.

SANCHES, R. L. S.; FAVATO, J. K.; SLEWINSKI, E.; NEUMANN, M. Sensemaking dos atores de uma instituição financeira na adoção e elaboração do Relato Integrado. 2018. *Revista brasileira de gestão de negócios RBGN*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 628-646, jul./sep. 2019.

SARGAÇO, F. C. F.; OLIVEIRA, W. L.; SILVA, R. C. O Relato integrado e a mensuração de desastre ambiental: o Relato integrado da Vale Mineração S.A. após Brumadinho (2020), MG. *Revista Fatec Zona Sul*, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 1-17, fev. 2021.

Sierra-García, L., Garcia-Benau, M. A., & Bollas-Araya, H. M. (2018). Empirical analysis of non-financial reporting by Spanish companies. *Administrative Sciences*, 8(3), 29.

SILVA, S., LEÃO F., SOUSA, S.P.(2021). Qualidade do Relato Integrado: Estudo Empírico. Minho e Porto: n.d.

SOERGER ZARO, E. Relato Integrado e a divulgação corporativa para a sustentabilidade. *Revista Mineira de Contabilidade*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 4-11, jan./abr. 2021.

Smith, S. S. (2014), "Integrated reporting, corporate governance, and the future of the accounting function", *International Journal of Business and Social Science*, Vol. 5, Nº 1

SUNDER, S. (2014), "Teoria da contabilidade e do controle". São Paulo: Atlas.

Stolowy, H., & Paugam, L. 2018. The expansion of non-financial reporting: an exploratory study. *Accounting and Business Research*, 48(5): 525–548.

Tilling, E. (1998): Refinements to legitimacy theory in a social and environmental accounting. South Australia: Flinders University

Tregidga, H.; Milne, M. & Kearins, K. (Re)presenting ‘sustainable organizations’. *Accounting, Organizations and Society*, v. 39, pp. 477-494.

Villafañe, J. (2013). *La buena empresa: Propuesta para una teoría de la reputación corporativa*. Pearson Educación, S.A.

Vitolla, F., Raimo, N., & De Nuccio, E. (2018). Integrated Reporting: Development and State of Art—The Italian Case in the International Context. *International Journal of Business and Management*, 13(11)

Vitolla, F., Salvi, A., Raimo, N., Petruzzella, F., & Rubino, M. (2019). The impact on the cost of equity capital in the effects of integrated reporting quality. *Business Strategy and the Environment*

Wang, R.; Zhou, S. & Wang, T. (2020) Corporate Governance, Integrated Reporting and the Use of Credibility-enhancing Mechanisms on Integrated Reports. *European Accounting Review* v. 29, n. 4, pp.

Yusof, S. M. (25 de maio de 2018). Social Environmental Disclosure Between Gri-Sustainability. *Social Environmental Disclosure Between Gri-Sustainability*, p. 198.

Zhou, S., Sinett, R., & Green, W. (2017). Does integrated reporting matter to the capital market? *Abacus – A Journal of Accounting, Finance, and Business studies*, 53.

<https://conatusaudit.com.br/2020/12/11/cvm-aprova-orientacao-tecnica-cpc-09-relato-integrado/>

<https://impactosocial.esolidar.com/2019/12/05/responsabilidade-social-empresarial-o-que-e-a-sua-importancia>

<https://www.dgae.gov.pt/servicos/sustentabilidade-empresarial/responsabilidade-social-das-empresas.aspx>

https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/doing-business-eu/corporate-social-responsibility-csr_pt#iniciativas-ambientais-para-as-empresas

https://www.aciab.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=9287:empresas-informacao-nao-financeira&catid=37&Itemid=289&lang=pt